



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

1995

GOIÂNIA, 26 DE DEZEMBRO DE 1995 - TERÇA-FEIRA

Nº 1.564

LEIS	01
EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 014	07
DECRETOS ORÇAMENTÁRIOS	08
DECRETOS	11
DESPACHOS	19
PORTARIAS/CONTRATO	20
EXTRATOS	22
TERMO ADITIVO/EXTRATO DO CONVÊNIO	23
TERMO DE COMPROMISSO	24

LEIS

LEI Nº 7.511, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995

"Denomina o logradouro que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Viaduto edificado na Av. Marginal Botafogo, sob a ponte da Av. B com 83, no Setor Sul, passa a denominar-se "VIADUTO JK" (Juscelino Kubitschek).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barea
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 124/95, de autoria do Vereador Hélio de Brito)

CÓD: 01-0098

LEI Nº 7.512, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995

"Declara de utilidade pública a entidade que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

NIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE AMPARO E ASSISTÊNCIA - "AMPARA", entidade civil, sem fins lucrativos com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barea
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 142/95, de autoria do Vereador Francisco Oliveira)

CÓD: 01-0099

LEI Nº 7.513, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995

"Declara de utilidade pública a entidade que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM GUANABARA II, entidade civil, sem fins lucrativos com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barea
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 137/95, de autoria do Vereador Djalma Araújo)

CÓD: 01-0100

LEI Nº 7.514, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995

"Declara de Utilidade Pública a entidade que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE MARIA BENTA", entidade civil e filantrópica, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barea
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 143/95, de autoria da
Vereadora Marina Sant'anna)
CÓD: 01-0101

**LEI Nº 7.518,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

"Altera o regime jurídico da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, criada pela Lei nº 4.655, de 30 de dezembro de 1972, passa a ter personalidade jurídica de direito público.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão de recursos do Tesouro Municipal para fazer face a compromissos legalmente assumidos pela FUMDEC, ou de responsabilidade decorrente da legislação federal, estadual ou municipal vigente.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata este artigo serão objeto de créditos suplementares, a serem abertos por decreto do Chefe do Poder Executivo, no fluente exercício.

Art. 3º - A Administração adequará a estrutura operacional e a situação funcional dos servidores da FUMDEC aos ditames desta lei, em 90 (noventa) dias, disto dando conhecimento à Câmara Municipal.

Art. 4º - Fica revogado o art. 1º da Lei nº 4.655, de 30 de dezembro de 1972, e demais disposições em contrário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA

NIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barea
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 213/95, de autoria do
Executivo)
CÓD: 01-0102

**LEI Nº 7.519,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

"Dispõe sobre o aniversário de Goiânia"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Os desfiles cívico-militares em comemoração ao Aniversário de Goiânia serão, obrigatoriamente, realizados na Avenida 24 de Outubro, no Bairro de Campinas, podendo as demais festividades se realizarem a critério da Secretaria de Cultura do Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa

José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 168/95, de autoria do
Vereador Rosiron Wayne)
CÓD: 01-0103

**LEI Nº 7.520,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

"Permite aos estudantes das escolas da rede municipal de Goiânia e às crianças das creches da Capital o acesso gratuito ao Zoológico e ao Mutirama e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Os estudantes das Escolas da rede Municipal de Goiânia e as crianças de todas as creches da Capital do Estado terão acesso gratuito ao Zoológico e ao Mutirama, pelo menos uma vez ao ano, em cada uma dessas instituições de cultura e lazer.

Parágrafo 1º - Para as escolas da rede Municipal de Goiânia, o benefício é estendido aos alunos que estejam cursando até a 8ª série do 1º grau.

Parágrafo 2º - As visitas serão realizadas de segunda às sextas-feiras, no período matutino e vespertino.

Parágrafo 3º - Os estudantes e as crianças das creches poderão brincar pelo menos uma vez em cada um dos brinquedos localizados na área do Mutirama.

Art. 2º - As Escolas da rede Municipal de Goiânia através de seus representantes legais e os Diretores das creches farão suas inscrições junto ao Zoológico e ao Mutirama, com o objetivo de programar o dia e a hora das visitas, além de indicar o número de estudantes.

Art. 3º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - CRIADO PELA LEI Nº 1.552, DE 21/08/1959

EXPEDIENTE

Prefeito Municipal de Goiânia
DARCI ACCORSI
Secretário do Governo Municipal
VALDIR BARBOSA
Editora do Diário Oficial
EDMA SOUZA RODRIGUES
Tiragem: 250 exemplares
Endereço: PALÁCIO DAS CAMPINAS
Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 105
Centro - Fone: 224-5666 (Ramal 144) - Fax: (062) 224-5511
Atendimento: das 07:00 às 18:00 horas

PUBLICAÇÕES / PREÇOS

A - Atas, balanços, editais, avisos, tomadas de preços, concorrências públicas, extratos contratuais e outras.
B - Assinaturas e Avulso

b.1 - Assinatura semestral s/remessas	R\$ 36,00
b.2 - Assinatura semestral c/remessas	R\$ 40,00
b.3 - Avulsos	R\$ 0,50
b.5 - Avulso atrasado	R\$ 0,60
b.4 - Publicação	R\$ 1,50

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 116/95, de autoria do Vereador Edvan Campos)
CÓD: 01-0104

LEI Nº 7.521, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Revoga a Lei nº 5.099, de 11 de junho de 1976".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica expressamente revogada a Lei nº 5.099, de 11 de junho de 1976, que modificou denominação de via pública.

Art. 2º - Fica restabelecida a denominação primitiva modificada pela Lei a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 121/95, de autoria do Vereador Edvan Campos)
CÓD: 01-0105

LEI Nº 7.522, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Denomina o logradouro público que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

NIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado "ESPAÇO LIVRE ALCIDES RODRIGUES DE SOUSA", o logradouro público delimitado pelas Ruas Maranhão e Nazereth, no Jardim Guanabara, nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 139/95, de autoria do Vereador Edvan Campos)
CÓD 01-0106

LEI Nº 7.523, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Denomina o logradouro público que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado "ESPAÇO LIVRE DONA MARIA DO CARMO DA SILVA LUSTOSA (MARIA DOCEIRA)", o logradouro público delimitado pelas Ruas Juiz de Fora e Pitangui, no Jardim Guanabara, nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa

José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 070/95, de autoria do Vereador Edvan Campos)
CÓD 01-0107

LEI Nº 7.524, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Denomina o logradouro público que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado "ESPAÇO LIVRE ANTÔNIO ERNESTO JOSÉ", o logradouro público delimitado pelas Ruas Trindade e Uberaba, no Jardim Guanabara, nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 066/95, de autoria do Vereador Edvan Campos)
CÓD 01-0108

LEI Nº 7.525, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Autoriza o Poder Executivo a terceirizar cobrança e recebimento de tributos devidos ao município e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, mediante licitação, empresa especializada para realizar a cobrança e o recebimento de Tributos devidos ao Município de Goiânia.

Parágrafo Único - A cobrança de que trata este artigo compreenderá aquela efetuada em caráter amigável.

Art. 2º - O prazo de validade do contrato não poderá exceder a 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período, a critério das partes envolvidas e na forma da legislação reitoria da matéria.

Art. 3 - A empresa contratada será remunerada em até 10% (dez por cento) do valor recebido, pago pelo Município em decorrência da cobrança amigável, na forma em que se dispuser em regulamento.

Parágrafo Único - É vedado à empresa contratada cobrar do devedor qualquer valor a título de honorário ou de despesa de qualquer natureza.

Art. 4 - Do edital de licitação para a terceirização da cobrança de que trata esta Lei, deverá constar, no mínimo:

I - que a empresa seja especializada em cobrança;

II - relação de equipamentos e recursos de informática, compatíveis com os serviços a serem prestados;

III - relação de equipamentos e recursos de comunicação (telefonia, fax, meios de transportes, etc.);

IV - quantificação de recursos humanos com as devidas qualificações profissionais e especializadas;

V - fiança bancária.

Art. 5 - Será assegurado à Secretaria Municipal de Finanças e à Procuradoria Jurídica, a realização de inspeção periódica e eventual para verificação do fiel cumprimento das disposições contratuais, das contas e dos recebimentos.

Art. 6 - A Prefeitura de Goiânia encaminhará mensalmente à Câmara Municipal, para conhecimento, o valor do débito recebido e do débito a ser cobrado.

Art. 7 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei n. 208/95, de autoria do Chefe do Executivo)

CÓD 01-0109

LEI Nº 7.526, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1 - Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, com o objetivo de custear projetos de programas de preservação, de recuperação e de melhoria da qualidade do meio ambiente do Município.

Art. 2 - O Fundo Municipal do Meio Ambiente tem autonomia financeira e administrativa, e seus recursos serão destinados de conformidade com art. 1º

Art. 3 - Constituem recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA as receitas provenientes de:

I - Dotações orçamentárias;

II - o produto da arrecadação de multas por infrações a normas ambientais;

III - o produto da remuneração pelos serviços prestados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA aos requerentes de licença, autorizações ambientais, e outras pertinentes às atribuições regimentais;

IV - transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e paraestatais;

V - créditos advindos de condenação em dinheiro, oriundo de indenização e multas judiciais, nos termos da Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985;

VI - produto decorrente de acordos, convênios, contratos e consórcios, e recursos provenientes de ajuda e cooperação entre órgãos ou entidades públicas e privadas;

VII - rendimentos de qualquer natureza, decorrentes da aplicação de seu patrimônio;

VIII - recursos resultantes de doações, legados, subvenções, auxílios e contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas, jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais, estrangeiros e internacionais;

IX - doações e recursos de outras origens.

Art. 4 - Os recursos financeiros do Fundo Municipal - FMMA serão geridos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA e aplicados em projetos e estudos para a melhoria da qualidade do meio ambiente, propostos pela SEMMA e pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMMAM, previstos na Política Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A SEMMA poderá utilizar dos recursos do FMMA, com autorização do COMMAM, para a contratação de prestadores de serviços e consultorias e aquisição de materiais e equipamentos destinados às atividades ambientais.

Art. 5 - O Poder Executivo estabelecerá o regulamento do FMMA, no qual preverá todos os mecanismos de gestão administrativa e financeira do Fundo, compreendendo os procedimentos necessários ao controle e fiscalização interna e externa da aplicação dos recursos, através da Auditoria Geral do Município, o COMMAM e Tribunal de Contas dos

Municípios - TCM.

Art. 6 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias

Art. 7 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 8 - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei n. 223/95, de autoria do Chefe do Executivo)

CÓD: 01-0110

LEI Nº 7.527, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Cria o ESTATUTO DAS MICROEMPRESAS no Município de Goiânia e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO À MICROEMPRESA

Art. 1 - Fica criado o ESTATUTO DAS MICROEMPRESAS no Município de Goiânia, na forma desta Lei:

Art. 2 - ÀS MICROEMPRESAS, nos termos desta Lei, é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, fiscal e tributário.

Art. 3 - Consideram-se MICROEMPRESAS, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta conforme a tabela seguinte:

TABELA	FATURAMENTO
UVFG	ALÍQUOTA
0 a 50	zero
51 a 75	12 UVFG
76 a 100	1 UVFG

Parágrafo Primeiro - Para efeito da apuração dos valores da receita, será sempre considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano-base, que é o exercício corrente

Parágrafo Segundo - No primeiro ano de atividade, será considerada a proporção relativa do número de meses contados da constituição da empresa a 31 de dezembro do exercício -

Parágrafo Terceiro - A transformação da empresa ou firma individual em MICROEMPRESA, e vice-versa, não implicará em denúncia ou outra restrição de contratos, como de locomoção, de prestação de serviços, entre outros.

Parágrafo Quarto - No ato do enquadramento com ME, a Repartição expedirá CERTIFICADO DE MICROEMPRESA e autorização de confecção de 10 blocos de NFS-ME, cujo modelo será aprovado no regulamento

Parágrafo Quinto - As firmas já estabelecidas que se enquadrarem nos termos desta Lei, para usufruírem de seus benefícios, requererão junto à Secretaria de Finanças o seu enquadramento como MICROEMPRESA.

Parágrafo Sexto - Do valor da receita bruta, deduzir-se-á a despesa como um empregado, no valor de 1 (um) Salário Mínimo, para as MICROEMPRESAS que tiverem um faturamento de 51 a 100 UVFG

Parágrafo Sétimo - A definição do valor da receita bruta nos termos da Tabela, será através do resultado contido no mapa de apuração de despesas e receitas para fixação da estimativa de receita tributável.

CAPÍTULO II NÃO SE ENQUADRAM COMO MICROEMPRESA

Art. 4º - Não se inclui no regime desta Lei a empresa:

I - Constituída sob a forma de sociedade por ações;

II - em que o titular Sócio seja pessoa jurídica, ou ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

III - cujo titular ou sócio, inclusive os cônjuges destes, participem do capital de outra empresa;

IV - que preste serviços relativos à importação ou exportação ou comercialização de produtos estrangeiros;

V - cuja atividade envolva compra, venda, locação, administração e incorporação de imóveis, inclusive loteamento;

VI - que realize operações ou preste serviços relativos a câmbio, seguros e distribuição de títulos e valores mobiliários;

VII - de prestação de serviços médicos, odontológicos, veterinários, advocacia, laboratórios, inclusive eletricidade elétrica, economia, engenharia, arquitetura, agentes da propriedade industrial, psicologia, dependentes e semelhantes, prestados para profissionais liberais, assim como, as sociedades microprofissionais;

VIII - que opera com armazenagem e depósito de bens de terceiros;

IX - de publicidade e propaganda.

X - de diversão pública

CAPÍTULO III DA DISPENSA DE OBRIGAÇÕES BUROCRÁTICAS

Art. 5º - As exigências de natureza administrativa e de prestação de obrigações acessórias e de licenciamento, bem como as obrigações inerentes ao exercício do Poder de polícia administrativa, terão um tratamento diferenciado e favorecido em um protocolo único em caráter especial.

Art. 6º - A MICROEMPRESA fica dispensada dos seguintes procedimentos:

I - Escrituração contábil e fiscal, devendo entretanto, manter os documentos arquivados, inclusive as notas fiscais de serviços, cujo a expedição é obrigatória;

II - Certificado de Inspeção prévia;

III - Termo de Habite-se para as edificações antigas, mas exigida a devida inscrição do imóvel no cadastro imobiliário da Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO IV PENALIDADES

Art. 7º - A pessoa jurídica e a empresa ou firma individual que, sem a observância dos requisitos desta Lei, que por dolo, fraude ou simulação, registrar-se e mantiver-se registrada como MICROEMPRESA, está sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - Cancelamento de Ofício de seu registro como Microempresa;

II - Pagamento de todos os tributos como se isenção alguma houvesse existido, acrescidos dos juros e correção monetária, a contar da data do fato gerador.

Art. 8º - Aplica-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições de C.T.M.

Art. 9º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, após sua publicação.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nºs 6.971/91 e 7.041/91.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime

Aurélio Augusto Pugliese

Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior

Luiz Alberto Gomes de Oliveira

Maria Abadia Silva

Rosimar Joaquim da Silva

Vera Regina Barêa

José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-Lei nº 169/95, de autoria do
Ver. Antônio Carlos Ramos)

CÓD. 01-0111

LEI Nº 7.528, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

"Desafeta áreas de sua primitiva destinação e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam desafetadas de sua destinação primitiva passando a categoria de bens dominiais do Município a Área de 540,34 metros quadrados, parte integrante da Avenida Inconfidência, e a Área de 1.701,32 metros quadrados, parte integrante da Rua José Clemente Ferreira e parte da Avenida Inconfidência, localizadas no Parque Industrial Paulista nesta Capital, consideradas inservíveis, e que tem os seus limites e confrontações assim descritos: Área de 540,34m², "Inicia-se na lateral da Alameda Capuava (Av. Perimetral Norte) com o chanfrado da quadra 40; daí, segue pelo prolongamento da lateral desta Alameda na distância de 14,132, metros até o eixo da Av. Inconfidência; daí, defletindo à direita segue pelo eixo desta Avenida na distância de 57,896 metros até o encontro do prolongamento da divisa dos lotes 8 e 9 da quadra 40; daí defletindo à direita segue por este prolongamento na distância de 9,00 metros, até encontrar a lateral da Avenida Inconfidência; daí defletindo à direita segue, pela lateral desta Avenida e testada dos lotes 9, 10, 11 e 12, da quadra 40 na distância de 54,442 metros até o chanfrado com a Alameda Capuava (Avenida Perimetral Norte); daí defletindo à esquerda por este chanfrado na distância de 7,69 metros até o ponto de início desta descrição"; Área de 1.701,32 m², "Inicia-se na lateral da Alameda Capuava (Av. Perimetral Norte) com o chanfrado da quadra 41; daí, defletindo à direita segue por este chanfrado na distância de 6,44 metros até a lateral da Av. Inconfidência; daí, defletindo à esquerda segue pela lateral desta Avenida e testada da quadra 41 na distância de 50,77 metros até o chanfrado com a Rua José Clemente Ferreira; daí defletindo à esquerda segue por este chanfrado na distância de 7,69 metros até lateral da Rua José Clemente Ferreira; daí defletindo à esquerda segue pela lateral desta Rua e testada da quadra 41 na distância de 44,16, metros até a lateral da Rua Amador Bueno; daí, defletindo à direita, segue por esta lateral e atravessando a Rua José Clemente Ferreira na distância de 15,00 metros até encontrar sua lateral; daí, defletindo à direita segue por esta lateral e quadra 39-A de propriedade dos Srs. WALTER DAN FERNANDES MADALENA e OUTROS na distância de 46.588 metros até encontrar com o prolongamento da lateral da Av. Inconfidência; daí, defletindo à esquerda, segue atravessando esta Avenida, na distância de 20,60 metros área já aliena-

da aos Srs. WALTERDAN FERNANDES MADALENA E OUTROS, até a divisa dos lotes 6 e 7 da quadra 40; daí, defletindo à direita segue pela lateral da Av. Inconfidência e testada dos lotes 7 e 8 na distância de 29,628 metros, até a divisa dos lotes 8 e 9; daí, defletindo à direita segue pelo prolongamento desta divisa na distância de 9,00 metros até o eixo desta Avenida; daí, defletindo a esquerda, segue por este eixo na distância de 57,896 metros até o prolongamento da lateral da Alameda Capuava (Av. Perimetral Norte); daí, defletindo à direita segue por este prolongamento na distância de 14,132 metros até o ponto de início desta descrição", conforme plantas e memoriais descritivos constantes do processo nº 851.612-0.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar sob a forma de permuta as mencionadas áreas com os proprietários de imóveis lindeiros (confrontantes).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa
José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-Lei nº 176/95, de autoria do
Chefe do Executivo).

CÓD: 01-0112

LEI Nº 7.529, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

"Dispõe sobre a criação de cargos em comissão para compor equipe encarregada de coordenar e supervisionar as obras de construção do Centro Administrativo Municipal".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam criados, na Prefeitura Municipal de Goiânia, os cargos em comissão, para compor a equipe encarregada de coordenar e supervisionar as obras de construção do Centro Administrativo Municipal, com os quantitativos e símbolos a seguir discriminados:

QUANT	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA
1	Coordenador Geral	DS-1 (remuneração)
1	Coordenador de Projeto	DS-2 (remuneração)
1	Coordenador de Obras	DS-2 (remuneração)
1	Coordenador de Proc	DS-2 (remuneração)
	Licitações e Alterações	
6	Supervisores de Obras	CC-1 (remuneração)
1	Supervisor de Processos de Alteração	CC-1 (remuneração)
1	Auxiliar de Serviços	CC-3 (remuneração)

Parágrafo Primeiro - Os cargos de que trata este artigo terão sua duração estritamente condicionada à execução das obras do Centro Administrativo Municipal, extinguindo-se com a conclusão das mesmas.

Parágrafo Segundo - Os titulares dos cargos de Supervisão estarão subordinados diretamente ao Coordenador da respectiva área de atuação e estes ao Coordenador Geral.

Art. 2º - Os titulares dos cargos denominados no artigo anterior, deverão ser ocupados preferencialmente por servidores do quadro efetivo do Município e que detenham as seguintes qualificações:

- 02 (dois) Arquitetos
- 01 (um) Engenheiro Civil;
- 01 (um) Engenheiro Elétrico;
- 01 (um) Engenheiro Hidráulico;
- 01 (um) Topógrafo;
- 01 (um) Economista;
- 01 (um) Advogado;
- 01 (um) Assistente com 2º grau.

Art. 3º - A remuneração dos cargos comissionados criados por esta Lei corresponderá àquela dos símbolos equivalentes constantes da Lei nº 7.407, de 29 de dezembro de 1994 (Reorganiza a Estrutura Administrativa da Prefeitura de Goiânia).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de dezembro de 1995.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

SEBASTIÃO FERREIRA LEITE
Secretário Interino do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira
Maria Abadia Silva
Rosimar Joaquim da Silva
Vera Regina Barêa

José Carlos de Almeida Debrey
(Projeto-de-lei nº 192/95, de autoria do
Chefe do Executivo)

CÓD 01-0113

LEI Nº 7.530, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

"Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com o objetivo de dar continuidade à pesquisa larvária e o combate com inseticida do mosquito transmissor da "DENGUE" no município de Goiânia, o Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º - A contratação, será sob o regime da Lei Complementar nº 04, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3º - A contratação será feita pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período desde que sobrevenham as necessidades.

Art. 4º - O quantitativo de pessoal a ser contratado é de 200 (duzentos) Agentes de Saúde, com remuneração correspondente ao Símbolo FG-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos de Agente de Saúde, de que trata o presente artigo, se dará preferencialmente, por pessoas que já detiveram contratos especiais para o exercício de idênticas funções, junto do Município.

Art. 5º - Ao pessoal contratado nos termos desta Lei será pago a gratificação da Insalubridade prevista no artigo 91 da Lei Complementar nº 011/92, na mesma proporção paga aos servidores lotados na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei correrão à conta da dotação própria da Secretaria de Saúde.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 29 de julho de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

SEBASTIÃO FERREIRA LEITE
Secretário Interino do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto
Fausto Jaime
Aurélio Augusto Pugliese
Déo Costa Ramos
Osmar Pires Martins Júnior
Luiz Alberto Gomes de Oliveira

CÓD 01-0114

COD 01-0115

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁ.

Art. 9 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CÓD: 01-0116

QUANTIDADE	SIMBOL
24 mil e quatro	CC-1
24 mil e quatro	CC-2
17 dezessete	CC-3
32 mil e dois	CC-4
16 dezessete	CC-5

**EMENDA À LEI
ORGÂNICA Nº 14**

"a) para as construções de até 200 m2 (duzentos metros quadrados) é dis-

pensável projeto de arquitetura, exigindo-se apenas um croqui cotado da situação da construção";

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 05 dias do mês de dezembro de 1995.

ROSIRON WAYNE
Presidente

OZÉAS PORTO
1º Secretário

ANTÔNIO CARLOS RAMOS
2º Secretário

CÓD: 03-0010

DECRETOS ORÇAMENTÁRIOS

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 098, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995

"Abre Créditos Adicionais de Natureza Suplementar"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com base no inciso I do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - São abertos ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, 02 (dois) Créditos Adicionais de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 2.545.000,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e cinco mil reais), correspondente a 644.303,7974 UROMGs (seiscentas e quarenta e quatro mil trezentas e três virgula setenta e nove setenta e quatro Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinados a constituírem reforços das seguintes dotações da vigente Lei de Meios:

4200 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	
4203-16915751-015-4110-00-22	R\$ 2.280.000,00
SOMA	R\$ 2.280.000,00
4400 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
4406-08411852-077-3231-00-21	R\$ 265.000,00
SOMA	R\$ 265.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.545.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos pelo artigo anterior serão cobertos com as anulações totais e/ou parciais das seguintes dotações:

4200 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

4203-16915751-015-4110-00-84	R\$ 2.280.000,00
SOMA	R\$ 2.280.000,00
4400 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
4402-15070212-043-4120-00-40	R\$ 62.000,00
4402-15070212-043-4120-00-82	R\$ 57.000,00
4402-15070212-043-3132-00-82	R\$ 27.000,00
4402-15070212-043-3131-00-40	R\$ 25.000,00
4402-15070212-043-3131-00-21	R\$ 24.000,00
4402-15070212-043-3120-00-82	R\$ 70.000,00
SOMA	R\$ 265.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.545.000,00

Art. 3º - Este decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 30 dias do mês de novembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0088

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 099, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995

"Abre Créditos Adicionais de Natureza Suplementar"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com base nos incisos II e III do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - São abertos às SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE e ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, 04 (quatro) Créditos Adicionais de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 1.762.050,00 (um milhão, setecentas e sessenta e dois mil e cinquenta reais), correspondente a 446.088,6076 UROMGs (quatrocentas e quarenta e seis mil oitenta e oito virgula sessenta setenta e seis Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinados a constituírem reforços das seguintes dotações da vigente Lei de Meios:

1800 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
1801-16080312-023-4311-00-00	R\$ 370.000,00
SOMA	R\$ 370.000,00
2300 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
2301-13770202-073-3111-00-00	R\$ 92.000,00
2301-13770202-073-3253-00-00	R\$ 50.000,00
SOMA	R\$ 142.000,00
4200 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	
4203-16915751-040-4110-00-22	R\$ 1.300.000,00
SOMA	R\$ 1.300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.762.050,00

Art. 2º - Os créditos abertos pelo artigo anterior serão cobertos com as anula-

ções totais e/ou parciais das seguintes dotações:

1800 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
1801-16080312-023-4311-00-00	R\$ 370.000,00
SOMA	R\$ 370.000,00
2300 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
2301-10773282-120-4110-00-00	R\$ 22.083,00
2301-13770202-073-3131-00-00	R\$ 4.437,00
2301-13770252-116-4110-00-00	R\$ 65.530,00
SOMA	R\$ 92.050,00
4200 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	
4203-16915751-040-4192-00-22	R\$ 1.300.000,00
SOMA	R\$ 1.300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.762.050,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 30 dias do mês de novembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0089

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 105, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995

"Abre Créditos Adicionais de Natureza Suplementar"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso III do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - São abertos à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 04 (quatro) Créditos Adicionais de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 6.880.000,00 (seis milhões oitocentos e oitenta mil reais), correspondente a 1.741.772,1518 UROMGs (um milhão setecentas e quarenta e uma mil setecentas e setenta e duas virgula quinze dezoito Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinados a constituírem reforços das seguintes dotações da vigente Lei de Meios:

1700 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
1701-08070202-016-3111-00-02	R\$ 260.000,00
1701-08421882-017-3111-00-02	R\$ 5.800.000,00
1701-08421882-017-3251-00-02	R\$ 800.000,00
1701-08421882-017-3252-00-02	R\$ 20.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 6.880.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos pelo artigo anterior serão cobertos com as anulações totais e/ou parciais das seguintes dotações:

1100 - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL	
1101-03070202-098-3111-00-00	R\$ 37.526,00
1101-03070212-064-3111-00-00	R\$ 65.530,00
1101-03070212-112-3111-00-00	R\$ 62.122,00
1101-03080312-003-3211-00-00	R\$ 274.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0092

DECRETO ORÇAMENTÁRIO N 108, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995

"Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I, do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - É aberto à SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, 01 (um) Crédito Adicional de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 4.140.000,00 (quatro milhões cento e quarenta mil reais), correspondente a 1.048.101.2658 UROMGs (um milhão quarenta e oito mil cento e um vírgula vinte e seis cinquenta e oito Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinado a constituir reforço da seguinte dotação da vigente Lei de Meios:

1800 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
1801-13763252 022-3132 00-00	R\$ 4.140.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 4.140.000,00

Art. 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com as anulações totais e/ou parciais das seguintes dotações:

1100 - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL	
1101-04160212 129-3132 00-00	R\$ 10.000,00
1101-10573161 034-4110 00-80	R\$ 20.000,00
1101-13760311 031-4311 00-80	R\$ 24.000,00
1101-15814832 131-3214 00-00	R\$ 15.000,00
1101-15814872 113-4110 00-00	R\$ 15.000,00
SOMA	R\$ 84.000,00

1600 - SECRETARIA DE FINANÇAS	
1603-084202 2096-3132 00-02	R\$ 220.000,00
SOMA	R\$ 220.000,00

1800 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
1801-03070202 021-3113 00-00	R\$ 30.000,00
1801-03070202 021-3131 00-00	R\$ 50.000,00
1801-03070251 062-4110 00-00	R\$ 22.000,00
1801-03070251 210-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-04140801 052-3120 00-00	R\$ 26.000,00
1801-04140801 052-4120 00-00	R\$ 38.000,00
1801-08421881 002-4110 00-02	R\$ 916.000,00
1801-08462281 047-4110 00-00	R\$ 11.000,00
1801-08462281 048-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-08462281 065-4110 00-00	R\$ 10.000,00
1801-08462281 073-4110 00-00	R\$ 11.000,00
1801-08462281 075-4110 00-00	R\$ 11.000,00
1801-10173281 003-3120 00-00	R\$ 16.000,00

1801-10173281 003-3132 00-00	R\$ 13.000,00
1801-10173281 003-4110 00-00	R\$ 78.000,00
1801-10173281 003-4120 00-00	R\$ 26.000,00
1801-10173281 222-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-10573161 257-4110 00-00	R\$ 10.000,00
1801-10600251 004-4110 00-00	R\$ 107.000,00
1801-10603281 051-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-10603281 063-4110 00-00	R\$ 11.000,00
1801-10603281 207-4110 00-00	R\$ 10.000,00
1801-13754281 058-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-16080312 023-4311 00-80	R\$ 77.000,00
1801-16915751 006-3132 00-00	R\$ 34.000,00
1801-16915751 006-4110 00-00	R\$ 108.000,00
1801-16915751 006-4110 00-10	R\$ 26.000,00
1801-16915751 066-4110 00-00	R\$ 12.000,00
1801-16915751 071-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-16915751 074-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-16915751 082-4110 00-00	R\$ 65.000,00
1801-16915751 086-4110 00-00	R\$ 131.000,00
1801-16915751 094-4110 00-00	R\$ 321.000,00
1801-16915751 099-4110 00-00	R\$ 34.000,00
1801-16915751 100-4110 00-00	R\$ 65.000,00
1801-16915751 203-4110 00-00	R\$ 65.000,00
1801-16915751 217-4110 00-00	R\$ 39.000,00
1801-16915751 218-4110 00-00	R\$ 26.000,00
1801-16915751 219-4110 00-00	R\$ 26.000,00
1801-16915751 221-4110 00-00	R\$ 32.000,00
1801-16915751 233-4110 00-00	R\$ 13.000,00
1801-16915751 235-4110 00-00	R\$ 14.000,00
1801-16915751 239-4110 00-00	R\$ 65.000,00
1801-16915751 240-4110 00-00	R\$ 104.000,00
1801-16915751 242-4110 00-00	R\$ 19.000,00
1801-16915751 246-4110 00-00	R\$ 26.000,00
1801-16915751 247-4110 00-00	R\$ 26.000,00
1801-16915751 248-4110 00-00	R\$ 26.000,00
1801-16915751 249-4110 00-00	R\$ 26.000,00
1801-16915751 259-4110 00-00	R\$ 65.000,00
SOMA	R\$ 3.032.000,00

2000 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
2001-08462242 070-3120 00-00	R\$ 12.000,00
2001-08462242 070-3131 00-00	R\$ 60.000,00
2001-08653632 121-3120 00-00	R\$ 19.000,00
2001-08653632 121-3132 00-00	R\$ 26.000,00
SOMA	R\$ 117.000,00

2100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
2101-13750202 030-3192 00-00	R\$ 72.000,00
2101-13750202 030-3214 00-00	R\$ 120.000,00
2101-13750202 030-4313 00-00	R\$ 350.000,00
2101-13754281 212-4110 00-00	R\$ 19.000,00
2101-13754282 119-4120 00-00	R\$ 87.000,00
2101-13754282 122-4120 00-00	R\$ 13.000,00
2101-13754282 123-3132 00-00	R\$ 26.000,00
SOMA	R\$ 687.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 4.140.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0093

DECRETO ORÇAMENTÁRIO N 109, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995

"Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso III, do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - É aberto à SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, 01 (um) Crédito Adicional de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), correspondente a 126.582,2784 UROMGs (cento e vinte e seis mil quinhentas e oitenta e duas vírgula vinte e sete oitenta e quatro Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinado a constituir reforço da seguinte dotação da vigente Lei de Meios:

1100 - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL	
1101-03070202 002-3111 00-00	R\$ 500.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 500.000,00

Art. 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com as anulações totais e/ou parciais das seguintes dotações:

1100 - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL	
1101-03070202 002-3132 00-00	R\$ 250.000,00
1101-16915712 134-3222 04-00	R\$ 250.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 500.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0094

DECRETO ORÇAMENTÁRIO N 110, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995

"Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - É aberto à SECRETARIA DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, 01 (um) Crédito Adicional de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), correspondente a 27.848,1012 UROMGs (vinte e sete mil oitocentas e quarenta e oito vírgula dez doze Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinado a constituir reforço da seguinte dotação da vigente Lei de Meios:

1400 - SECRETARIA DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS	
1401-03070232 007-3132 00-00	R\$ 110.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 110.000,00

1101-10573161 034-4130-00-00	R\$ 20.395,00
1101-15814832 131-3214-00-00	R\$ 40.427,00
SOMA	R\$ 500.000,00
1700 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
1701-08070202 016-3113-00-02	R\$ 1.294,77
1701-08070202 016-3120-00-02	R\$ 49.000,13
1701-08070202 016-3131-00-02	R\$ 2.330,62
1701-08070202 016-3132-00-02	R\$ 6.000,00
1701-08070202 016-3192-00-02	R\$ 4.597,44
1701-08070202 016-4120-00-02	R\$ 45.000,00
1701-08090432 091-3120-00-02	R\$ 3.361,28
1701-08090432 091-3131-00-02	R\$ 3.973,55
1701-08090432 091-3132-00-02	R\$ 5.580,79
1701-08090432 101-3120-00-02	R\$ 3.361,28
1701-08090432 101-3120-00-80	R\$ 6.591,94
1701-08090432 101-3131-00-02	R\$ 1.730,62
1701-08090432 101-3132-00-02	R\$ 938,62
1701-08090452 102-3120-00-02	R\$ 3.361,28
1701-08090452 102-3131-00-02	R\$ 4.991,94
1701-08090452 102-3132-00-02	R\$ 3.361,28
1701-08411902 081-3111-00-02	R\$ 131.933,06
1701-08411902 081-3113-00-02	R\$ 4.007,00
1701-08411902 081-3120-00-02	R\$ 89.676,15
1701-08411902 081-3120-00-80	R\$ 126.892,74
1701-08411902 081-3131-00-02	R\$ 4.379,68
1701-08411902 081-3132-00-02	R\$ 40.974,92
1701-08411902 081-3132-00-80	R\$ 27.000,00
1701-08411902 081-4120-00-02	R\$ 117.628,65
1701-08411902 081-4120-00-80	R\$ 60.330,85
1701-08421882 017-3113-00-02	R\$ 4.000,00
1701-08421882 017-3120-00-02	R\$ 383.000,00
1701-08421882 017-3120-00-80	R\$ 795.000,00
1701-08421882 017-3131-00-02	R\$ 44.784,24
1701-08421882 017-3132-00-02	R\$ 4.198,51
1701-08421882 017-3192-00-02	R\$ 48.000,00
1701-08421882 017-3292-00-02	R\$ 5.362,38
1701-08421882 017-4120-00-02	R\$ 7.697,49
1701-08421882 017-4250-00-02	R\$ 1.106,10
1701-08421882 082-3113-00-02	R\$ 1.137,77
1701-08421882 082-3120-00-02	R\$ 74.000,00
1701-08421882 082-3120-00-80	R\$ 18.000,00
1701-08421882 082-3131-00-02	R\$ 6.591,94
1701-08421882 082-3132-00-02	R\$ 52.748,80
1701-08421882 082-3132-00-80	R\$ 54.122,60
1701-08421882 082-4120-00-02	R\$ 25.334,86
1701-08421882 082-4120-00-80	R\$ 24.350,77
1701-08422172 019-3120-00-02	R\$ 12.122,60
1701-08422172 019-3120-00-80	R\$ 67.906,51
1701-08422172 019-3131-00-02	R\$ 10.363,04
1701-08422172 019-3131-00-80	R\$ 34.971,87
1701-08422172 019-3132-00-02	R\$ 47.732,19
1701-08422172 019-3132-00-80	R\$ 117.429,16
1701-08424272 018-3120-00-02	R\$ 22.390,67
1701-08424272 018-3120-00-80	R\$ 128.047,31
1701-08424272 018-3131-00-02	R\$ 2.742,89
1701-08424272 018-3132-00-02	R\$ 33.000,00
1701-08424272 018-4120-00-02	R\$ 8.636,76
1701-08452131 037-3111-00-02	R\$ 7.179,71
1701-08452131 037-3113-00-02	R\$ 1.425,54
1701-08452131 037-3120-00-02	R\$ 42.122,60
1701-08452131 037-3120-00-80	R\$ 88.056,61
1701-08452131 037-3131-00-02	R\$ 2.742,89
1701-08452131 037-3131-00-80	R\$ 8.388,99
1701-08452131 037-3132-00-02	R\$ 24.455,11
1701-08452131 037-3132-00-80	R\$ 1.143,52
1701-08452131 037-4120-00-02	R\$ 14.167,42
1701-08452131 037-4120-00-80	R\$ 13.345,75
1701-08472339 039-3132-00-02	R\$ 5.428,54
1701-08472339 039-4120-00-02	R\$ 37.687,01
1701-08472339 039-4120-00-80	R\$ 43.183,92
SOMA	R\$ 3.072.404,66
1800 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	

1801-03070202 021-3120-00-00	R\$ 90.000,00
1801-03070202 021-3192-00-00	R\$ 11.000,00
1801-03070202 021-4120-00-00	R\$ 100.000,00
1801-08421881 002-3120-00-02	R\$ 55.618,00
1801-08421881 002-3132-00-02	R\$ 267.989,00
1801-08421881 002-4110-00-80	R\$ 1.226.468,00
1801-08421881 002-4120-00-02	R\$ 39.318,00
1801-08421881 083-4110-00-02	R\$ 103.158,00
1801-08421881 250-4110-00-02	R\$ 26.212,00
1801-08462281 046-4110-00-00	R\$ 48.492,00
1801-08462281 078-4110-00-00	R\$ 52.424,00
1801-08462281 234-4110-00-00	R\$ 39.318,00
1801-08462281 243-4110-00-00	R\$ 26.212,00
1801-08462281 244-4110-00-00	R\$ 26.212,00
1801-08462281 245-4110-00-00	R\$ 26.212,00
1801-08462281 252-4110-00-00	R\$ 26.212,00
1801-08462281 253-4110-00-00	R\$ 26.212,00
1801-10600251 079-4110-00-00	R\$ 99.606,00
1801-10603281 049-4110-00-00	R\$ 48.492,00
1801-10603281 077-4110-00-00	R\$ 15.727,00
1801-10603281 224-4110-00-00	R\$ 19.658,00
1801-10603281 230-4110-00-00	R\$ 19.658,00
1801-10603281 256-4110-00-00	R\$ 22.840,00
1801-13754281 084-4110-00-00	R\$ 47.182,00
1801-13754281 214-4110-00-00	R\$ 32.764,00
1801-13754281 215-4110-00-00	R\$ 32.764,00
1801-13754281 251-4110-00-00	R\$ 26.212,00
1801-15814871 061-4110-00-00	R\$ 15.726,34
1801-16915751 067-4110-00-00	R\$ 39.318,00
1801-16915751 076-4110-00-00	R\$ 196.591,00
1801-16080312 023-3211-00-00	R\$ 18.399,00
1801-16080312 023-4311-00-10	R\$ 170.901,00
1801-16080312 023-4311-00-80	R\$ 310.700,00
SOMA	R\$ 3.307.595,34
TOTAL GERAL	R\$ 6.880.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0090

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 106, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995

"Abre Créditos Adicionais de Natureza Suplementar"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA,

Art. 1º - São abertos à CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 02 (dois) Créditos Adicionais de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), correspondente a 5.443,0379 UROMGs (cinco mil, quatrocentas e quarenta e três vírgula zero três setenta e nove Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinados a constituírem refor-

ços das seguintes dotações da vigente Lei de Meios:

0100-CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	
0101-01010012 001-3132-00-00	R\$ 20.000,00
0101-01010012 001-3192-00-00	R\$ 1.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 21.500,00

Art. 2º - Os créditos abertos pelo artigo anterior serão cobertos com a anulação total e/ou parcial da seguinte dotação.

0100-CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	
0101-01010242 060-3120-00-00	21.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 21.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0091

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 107, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995

"Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso III do artigo 7º, da Lei nº 7.408, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º - É aberto à CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 01 (um) Crédito Adicional de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), correspondente a 151.898,7342 UROMGs (cento e cinquenta e um mil oitocentas e noventa e oito vírgula setenta e três quarenta e duas Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia) destinado a constituir reforço da seguinte dotação da vigente Lei de Meios.

0100-CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	
0101-01010012 001-3111-00-00	R\$ 600.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 600.000,00

Art. 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com as anulações totais e/ou parciais das seguintes dotações:

0100-CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	
0101-01010012 001-3253-00-00	R\$ 4.500,00
0101-01010012 001-4250-00-00	R\$ 6.844,42
0101-01010242 060-3120-00-00	3.500,00
0101-01010251 013-4110-00-00	585.155,58

TOTAL GERAL R\$ 600.000,00

OC-3, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2360

DECRETO Nº 3.087, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto do artigo 205, III, letra "c", da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada, no cargo de Analista em Assuntos Sociais I, Padrão "A", DELZI CLEIA DE ATAÍDE, por contar com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais ao seu tempo de serviço (25/30) e compostos das seguintes parcelas mensais: Vencimento: R\$ 241,53 (duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos), Quinquênios (04): R\$ 96,61 (noventa e seis reais e sessenta e um centavos) e Adicional de Incentivo à Profissionalização: R\$ 6,03 (seis reais e três centavos), nos termos do Processo nº 906.671-3/95.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2361

DECRETO Nº 3.088, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 901.683-0/95, de interesse de HOSPITAL BRASIL CENTRAL LTDA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o remembramento e a planta dos lotes 20 e 26, da quadra 44, situados à rua Santa Efigênia, Jardim Planalto, nesta Capital, que passam a constituir no lote 20/26, com as seguintes características e confrontações

LOTE 20/26	AREA	3.028,20m²
Frete para a Rua Santa Efigênia		84,91m²
Fundo, dividindo com os lotes 09, 10, 11, 12, 13 e 14		73,48m²
Peçoado direito dividindo com o lote 27		38,00m²
Peçoado esquerdo dividindo com o lote 19		38,30m²

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2362

DECRETO Nº 3.089, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 912.842-5/95, de interesse de FILINÉSIO EDIR CORREA SOARES,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o remembramento e a planta dos lotes 08, 09 e 10, da quadra 91, situados à Rua do Coral, Jardim Atlântico, nesta Capital, que passam a constituir no lote 08/09/10, com as seguintes características e confrontações:

LOTE 08/09/10	AREA	1.260,00m²
Frete para a Rua do Coral		42,00m²
Fundo, dividindo com os lotes 19, 20 e 21		42,00m²
Peçoado direito, dividindo com o lote 07		30,00m²
Peçoado esquerdo, dividindo com o lote 11		30,00m²

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2363

DECRETO Nº 3.109, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 927.363-8-95, RESOLVE colocar a disposição da Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB, com todos os direitos e vantagens de seus cargos e com ônus para a origem, os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Obras, Material e Patrimônio.

durante o período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1995:

- 01 - Adão Luiz Cordeiro
- 02 - Adão Vieira da Mota
- 03 - Alcides Barbosa de Oliveira (Aposentado)
- 04 - Alvino José dos Santos
- 05 - Ana Maria Moraes de Deus
- 06 - Ângela Maria Barbosa de Souza
- 07 - Angélica Luiza de Souza
- 08 - Anida de Deus Vieira
- 09 - Antenor Rodrigues da Silva
- 10 - Antônio Alves de Brito
- 11 - Antônio Bernardes da Silva
- 12 - Antônio Borba Ferreira
- 13 - Antônio Borges Nascimento
- 14 - Antônio Ferreira Viana
- 15 - Antônio Jerônimo Filho
- 16 - Antônio de Oliveira Carvalho
- 17 - Antônio Pereira de Souza
- 18 - Antônio Rodrigues da Silva
- 19 - Antônio Rodrigues Gomes
- 20 - Aparecida Ramos
- 21 - Aristides Inácio
- 22 - Aristides Póvoa Ribeiro
- 23 - Arthur José de Souza
- 24 - Avenil Vieira Máximo
- 25 - Benedito Dionízio Cruz
- 26 - Benjamin Luiz dos Santos
- 27 - Benvindo Souza Castro
- 28 - Barnabé Alves dos Santos
- 29 - Cidercino Alves da Cruz
- 30 - Cleumar Maria de M. do Amaral
- 31 - Cleusa Ferreira Rebouças
- 32 - Daniel Fernandes Pereira
- 33 - Dário Rosa
- 34 - Delmar Silva G. Dias
- 35 - Dimas Gonçalves Rios
- 36 - Dionízio Antônio de Almeida
- 37 - Divino Domingos Cotrim
- 38 - Divino Roberto da Costa
- 39 - Djanir Soares da Silva
- 40 - Dolmicio Generoso de Jesus
- 41 - Dolores José da Silva
- 42 - Domingos Vaz Sobrinho
- 43 - Donizete Fradico da Silva
- 44 - Edmilson Lopes de Souza
- 45 - Edvar José Pereira
- 46 - Eliezer Ferreira de Oliveira
- 47 - Elizabeth Cássia dos Santos
- 48 - Elvina Antônia Silva
- 49 - Elviro de Andrade
- 50 - Eni Alves de Souza
- 51 - Enir Gonçalves Pereira
- 52 - Euclides de Deus da Silva
- 53 - Euclides de Paula Pinto
- 54 - Eurípedes Moreira Borges
- 55 - Félix Rodrigues de Souza
- 56 - Filemon Vieira Barros
- 57 - Filosteu Marcelino da Silva
- 58 - Francisco Idalino de Jesus
- 59 - Francisco Inácio Gonçalves
- 60 - Francisco Lopes da Cunha
- 61 - Francisco Mourão
- 62 - Genésio Laurindo da Silva
- 63 - Geracino Lourenço
- 64 - Geraldo Antônio dos Santos
- 65 - Geraldo de Moraes Leão
- 66 - Geraldo Índio do Brasil
- 67 - Geraldo Lemos
- 68 - Geraldo Martins Ferreira
- 69 - Geraldo Rodrigues da Silva

Art. 2 - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com as anuações totais e/ou parciais das seguintes dotações.

1900 SECRETARIA DE AÇÃO URBANA	
1901 0580202 025 3113 00-00	R\$ 20 000 00
1901 0580202 025 313 00-00	R\$ 60 000 00
1901 0580202 025 3192 00-00	R\$ 30 000 00
SOMA	R\$ 110 000 00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 04-0095

DECRETOS

DECRETO Nº 3.040, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar REGINA BORGES MACHADO do cargo em Comissão de Coordenador-3 e nomear KENSLEY LOURENCO PEREIRA para exercer o mesmo cargo, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-3, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2353

DECRETO Nº 3.041, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar MARCOS MENDES DE REZENDE do cargo em Comissão de Coordenador-3, símbolo CC-3, lotado na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2354

DECRETO Nº 3.042, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar LUCIANO OLIVEIRA DA SILVA do cargo em Comissão de Auxiliar de Execução-2, símbolo FG-2, lotado na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2355

DECRETO Nº 3.043, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do Decreto nº 2487/95, de 22 de setembro de 1995, que "Designa membros do Conselho de Alimentação Escolar da Cidade de Goiânia".

DECRETA.

Art. 1º - Fica excluído do Decreto nº 2487, de 22 de setembro de 1995, o Sr THELDO EMRICK, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

Art. 2º - Fica designado WILSON HERMUTH GOTTENS, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás - FETAEG, para integrar o Conselho de Alimentação Escolar da Cidade de Goiânia, a partir de 14 de novembro de 1995.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de novembro de 1995.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2356

DECRETO Nº 3.082, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar RAQUEL LUSTOSA DE OLIVEIRA do cargo de Assessor Nível-3, e nomear ALESSANDRA FRANCELINO NOGUEIRA para exercer o mesmo cargo, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 09 de janeiro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA aos 06 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-27

DECRETO Nº 3.084, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE autorizar o servidor JOSÉ ROBERTO E ATHAYDE FILHO, lotado na Secretaria do Governo Municipal, a empreender viagem à cidade de Brasília-DF, no dia 8 de dezembro de 1995, em objeto de serviço desta Prefeitura, e, de consequência, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 131, de 02 de julho de 1993, atribuir-lhe (uma) diária no valor de R\$ 113,00 (cento e treze reais), correndo a despesa à conta de dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2358

DECRETO Nº 3.885, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE designar JOÃO JOSÉ DE SOUZA para exercer a função de Chefe do Núcleo de Informação de Uso do Solo, símbolo FG-1, da Coordenadoria do Uso do Solo, da Secretaria Municipal do Solo Urbano, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2359

DECRETO Nº 3.086, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar ALAN KARDEC DE OLIVEIRA NOBREGA do cargo em comissão de Coordenador-3, lotado na Secretaria do Governo Municipal e nomear PEDRO PAULO FERREIRA DE MELO, para exercer o mesmo cargo, atribuir-lhe remuneração, símbolo

70 - Gercino Joaquim Caixeta
 71 - Gertrudes Maria das Dores
 72 - Gilmar Soares da Silva
 73 - Gilson Martins de Souza
 74 - Graziela Caixeta
 75 - Heleno Galdino da Silva
 76 - Heloisa de Oliveira Andrade
 77 - Ig Alves da Paixão
 78 - Inácio José da Silva
 79 - Isaias Alves Ribeiro
 80 - Izilda Alves Borges
 81 - Jair Germano de Jesus
 82 - Jair Gonçalves Rodrigues
 83 - João Batista Ciriaco
 84 - João Cândido Borges
 85 - João Francisco de Souza
 86 - João Guedes da Silva
 87 - João Lemos Neto
 88 - João Milas Mendonça
 89 - João Pereira do Nascimento
 90 - João Pimenta da Silva
 91 - João Teixeira Chaves
 92 - João Vicente da Mata
 93 - João Vieira Barros
 94 - Joaquim Araújo Moreira
 95 - Joaquim de Abreu
 96 - Jodesvaldo Abadia da Silva
 97 - Joel Evangelista de Moraes
 98 - Jordino Pereira da Silva
 99 - José Alcântara de Miranda
 100 - Jose Carmim da Silva
 101 - José Cirilo da Silva
 102 - José da Luz Zorzetti
 103 - José de Souza L. Sobrinho
 104 - José Garcia R. dos Santos
 105 - José Jacinto Dias
 106 - José Leite Arantes
 107 - José Luiz de Souza
 108 - José Moreira da Silva
 109 - José Peixoto Pires
 110 - José Pereira
 111 - José Pinheiro de Andrade
 112 - José Procópio Filho
 113 - José Rodrigues
 114 - José Vitalino de B. Neto
 115 - Josenai Ferreira de Moura
 116 - Luiz Carlos Martins
 117 - Luiz Carlos Peixoto
 118 - Manoel Alves Pinto
 119 - Manoel Carvalho de Lima
 120 - Manoel Ferreira de Almeida
 121 - Mara Regina A. Andrade
 122 - Margarida Pereira do Amaral
 123 - Maria da Glória P. Dias
 124 - Mário Faustino Lara
 125 - Natalino Clarindo da Silva
 126 - Nelson Martins de Oliveira
 127 - Nely Marlene Alves
 128 - Nicoiau Graciano Moreira
 129 - Nilo Sérgio de Moraes
 130 - Olga de Moraes Pereira
 131 - Onice Ramos dos Reis
 132 - Osvaldo José Lopes
 133 - Osvaldo Guedes de Souza
 134 - Otacílio José dos Reis
 135 - Otílio Gregório Pereira
 136 - Paulo Roberto A. Muniz
 137 - Pedro Gonçalves da Silva
 138 - Pedro Gonçalves da Silva "C"
 139 - Pedro Inácio da Silva
 140 - Raimundo Coelho da Silva
 141 - Raimundo de Macedo Menezes

142 - Raimundo de Souza Adorno
 143 - Raul Alvarenga Freire
 144 - Reginaldo de Souza Santos
 145 - Ronnie Barbosa Vieira
 146 - Rosalino Soares de Carvalho
 147 - Rute José Valério
 148 - Sebastião Cândido Branquinho
 149 - Sebastião Dias da Silva
 150 - Sebastião Inácio Borges
 151 - Sebastião Martins de S. Filho
 152 - Sebastião Rodrigues Pires
 153 - Sérgio Ricardo S. Rocha
 154 - Sílvio Gonçalves Batista
 155 - Simpliciano Mendes Santiago
 156 - Sinval Leandro Silva
 157 - Sônia Maria Lacerda Alcântara
 158 - Sônia Maria Ribeiro dos Santos
 159 - Valdecir Rodrigues de Freitas
 160 - Valdir Gomes Soares
 161 - Vani Silva P. Medeiros
 162 - Vicente Félix dos Reis
 163 - Vitalmiro Barbosa dos Santos
 164 - Walter Alves da Silva
 165 - Wilmar José Mendanha
 166 - Wilson Ferreira de Souza
 167 - Wilson Pereira Princesa
 168 - Wilson Rodrigues dos Santos
 169 - Zildo Castro da Paixão

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
 Prefeito de Goiânia
 VALDIR BARBOSA
 Secretário do Governo Municipal
 CÓD: 06-2364

DECRETO Nº 3132, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

"Declara de utilidade pública área situada no Bairro Ipiranga"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 115, XII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia e à vista do contido no Processo nº 637.672-0/93, bem como o disposto no artigo 5º, Letra "I", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 1.950,00m², da quadra destinada à Igreja, de propriedade de VICENTE JOSÉ TAVARES, compreendida entre a Rua São Patrício, Travessa São Jorge, Rua Santo Inácio, Rua Santo Agostinho, Rua São Miguel, no Bairro Ipiranga, nesta Capital, com a finalidade da abertura da Avenida Pirineus, e tem os seguintes limites e confrontações: "Medindo pela Rua São Miguel, 30,00m; pelo chanfrado da Rua São Miguel, com a referida área, 7,07m; pela linha da área citada, que fica entre a Rua São Miguel e Rua Santo Agostinho, 40,00m; pelo chanfrado da Rua Santo Agostinho com a área citada, 7,07m; pela Rua Santo Inácio, 30,00m; pelo chanfrado da Rua Santo Inácio com

a Rua Santo Agostinho e a referida área, 7,07m; pela linha da área citada, que fica entre a travessa São Jorge e Rua Santo Inácio, 40,00m; e pelo chanfrado da Rua São Miguel, Travessa São Jorge e a área citada, 7,07m, ponto de início desta descrição".

Art. 2º - O imóvel a ser atingido pela desapropriação, é o constante do levantamento do projeto pelo Instituto de Planejamento Municipal-IPLAN, de acordo com as plantas e memoriais descritivos, contidos nos Processos nºs 637.672-0/93 e 563.461-0.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
 Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
 Secretário do Governo Municipal
 CÓD: 06-2365

DECRETO Nº 3133, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE autorizar TEREZA CRISTINA PIRES FÁVARO, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, a empreender viagem à cidade de Brasília-DF, no dia 21 de dezembro de 1995, em objeto de serviço desta Prefeitura, e, de consequência, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 1.334, de 02 de julho de 1993, atribuir-lhe 01 (uma) diária no valor de R\$ 113,00 (cento e treze reais), correndo a despesa à conta de dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
 Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
 Secretário do Governo Municipal
 CÓD: 06-2366

DECRETO Nº 3134, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE autorizar a servidora CRISTINA APARECIDA BORGES PEREIRA, Coordenadora de Epidemiologia, da Secretaria Municipal de Saúde, a empreender viagem à cidade de Brasília-DF, no dia 22 de dezembro de 1995, em objeto de serviço desta Prefeitura, e, de consequência, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 1.334, de

02 de julho de 1993, atribuir-lhe 01 (uma) diária no valor total de R\$ 113,00 (cento e treze reais), correndo a despesa à conta de dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2367

DECRETO Nº 3135, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE autorizar a servidora PAULETE SANDRA ROCHA NOGUEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a empreender viagem à cidade de Brasília-DF, no dia 22 de dezembro de 1995, em objeto de serviço desta Prefeitura, e, de consequência, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 1.334, de 02 de julho de 1993, atribuir-lhe 01 (uma) diária no valor total de R\$ 113,00 (cento e treze reais), correndo a despesa à conta de dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2368

DECRETO Nº 3136, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar ALEXANDRE RODRIGUES CORREIA, do cargo em Comissão de Auxiliar de Execução-3 e nomear DANIEL OLIVEIRA DOS SANTOS para exercer o mesmo cargo, atribuindo-lhe gratificação, símbolo FG-3, com lotação na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

CÓD: 06-2369

DECRETO Nº 3137, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE exonerar LEILA DE CARVALHO MARIA BARBOSA, do cargo em Comissão de Auxiliar de Execução - 3 e nomear VALÉRIA BAHIENSE CASTELO para exercer o mesmo cargo, atribuindo-lhe gratificação, símbolo FG-3, com lotação na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2370

DECRETO Nº 3138, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar a pedido, WALTER AFONSO DE SOUZA do cargo em comissão de Coordenador de Serviços Administrativos, símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2371

DECRETO Nº 3139, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear FRANCISCO EWERTON FLEURY CURADO para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Serviços Administrativos, símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2372

DECRETO Nº 3140, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso

de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar IRANI BATISTA CANAVERDE, do cargo de confiança de Diretora da Escola Municipal "Pedro Xavier Teixeira", da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24 de novembro de 1995, em virtude de aposentadoria.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2373

DECRETO Nº 3141, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE dispensar CIONE SILVA VITAL CORREIA, da função de confiança de Secretária Geral da Escola Municipal "Pedro Xavier Teixeira", da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24 de novembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2374

DECRETO Nº 3142, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE designar TEREZINHA DE JESUS SANTOS PORTO, para exercer a função de confiança de Secretária Geral da Escola Municipal "Pedro Xavier Teixeira", da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24 de novembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2375

DECRETO Nº 3143, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear "pro-tempore", CIONE SILVA VITAL CORREIA, para exercer o cargo de confiança de Diretora, da Escola Municipal "Pedro Xavier Teixeira", da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24 de novembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 06-2376

DECRETO Nº 3144, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE alterar a lotação de JACIRA ROSA PIRES, nomeada através do Decreto nº 1394/95, de 16 de maio de 1995, da Secretaria do Governo Municipal para o Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia - IPLAN, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 06-2377

DECRETO Nº 3145, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do disposto do artigo 205, III, letra "c", da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada, no cargo de Auxiliar de Apoio Administrativo II, Padrão "H", MARLENE MARIA DE SOUZA, por contar com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais ao seu tempo de serviço (25/30) e compostos das seguintes parcelas mensais: Vencimento: R\$ 86,57 (oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), Quinquênios (05): R\$ 43,28 (quarenta e três reais e vinte e oito centavos), e Complemento do Salário Mínimo: R\$ 13,43 (treze reais e quarenta e três centavos), acrescidos de 20% (vinte por cento) sobre os mesmos, conforme determina o art. 208. Parágrafo único: 28,66 (vinte e oito reais e sessenta e seis centavos), nos termos do Processo nº 911.544-7/95.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 06-2378

DECRETO Nº 3146, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

"Altera os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados, na área da sociedade civil, os nomes dos componentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário, previsto no artigo 10, do Estatuto da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário FUMDEC, aprovado pelo Decreto nº 878, de 15 de setembro de 1988, modificado pelo Decreto nº 924, de 10 de maio de 1993, os membros abaixo relacionados.

CARLOS ALBERTO FRANÇA - Juizado da Infância e Juventude;

ANA CRISTINA RIBEIRO PETERNELLA FRANÇA - Ministério Público do Estado de Goiás.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 06-2379

DECRETO Nº 3.147, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

"Coloca servidor a disposição da Câmara Municipal de Goiânia"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 927.160-1/95, RESOLVE colocar a disposição da Câmara Municipal de Goiânia, com todos os direitos e vantagens de seu cargo, com ônus para a origem, o servidor DIAULES PEREIRA DE ARAÚJO, lotado na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 01 de dezembro de 1995 e até 31 de dezembro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 2380

DECRETO Nº 3.193, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 926.601-1/95, RESOLVE exonerar, a pedido, ERICA BAR-

BOSA CAVADAS RODRIGUES, do cargo de Auxiliar de Serviços de Higiene e Alimentação I, Padrão "A", do quadro de pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 2381

DECRETO Nº 3194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar a pedido, SERGIO NÓRIO NAKAMURA do cargo em comissão de Coordenador de Área da Rede Básica, símbolo CC-1, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de janeiro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 06-2382

DECRETO Nº 3195, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear MARIA MARTA ALVES para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Área da Rede Básica, símbolo CC-1, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de janeiro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 2383

DECRETO Nº 3196, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE exonerar CARLOS ALBERTO MARTINS do cargo em comissão de Coordenador do Jardim Botânico, símbolo CC-1, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a partir de 02 de janeiro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 2384

DECRETO Nº 3197, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear NILVAN GONÇALVES PINHEIRO para exercer o cargo em comissão de Coordenador do Jardim Botânico, símbolo CC-1, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a partir de 02 de janeiro de 1996

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 2385

DECRETO Nº 3198, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE nomear EDI-NILVA PIVETA PIRES para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador-3, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-3, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 20 de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 2386

DECRETO Nº 3199, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE nomear LUCIANO OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Execução-2, atribuindo-lhe gratificação, símbolo FG-2, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 1º de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA,

aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 2387

DECRETO Nº 3200, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, RESOLVE nomear JOAO ADAIR FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Coordenador-2, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-2, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 20 de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 2388

DECRETO Nº 3201, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e a vista do contido no Processo nº 891.007-3/95, RESOLVE retificar o Decreto nº 2.675, de 23 de outubro de 1995, que exonerou, a pedido, LEONIDAS DIVINO ALVES do cargo de Auxiliar de Execução-2, na parte relativa à data, para considerar a referida exoneração como sendo a partir de 01 de setembro de 1995, permanecendo inalterados os demais termos do referido ato

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2389

DECRETO Nº 3202, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

Retifica Decreto nº 3.150 de 18 de dezembro de 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR o Decreto nº 3.150, de 18 de dezembro de 1995, que altera o ANEXO II do Decreto nº 1.981 de 29 de julho de 1995, na parte relativa à data, para considerar seus efeitos financeiros como

sendo a partir de 1º de agosto de 1995, permanecendo inalterados os demais termos do referido decreto

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2390

DECRETO Nº 3203, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto do artigo 205, III, letra "c", da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada, no cargo de Analista Jurídico III, Padrão "E", SÔNIA FERRAZ VEIGA, por contar com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais ao seu tempo de serviço (27/30) e compostos das seguintes parcelas mensais: Vencimento: R\$ 528,50 (quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), Quinquênios (05): R\$ 264,25 (duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), Honorários Advocáticos (Lei nº 5.952/82): R\$ 640,69 (seiscentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), e Gratificação Incorporada: R\$ 109,89 (cento e nove reais e oitenta e nove centavos), nos termos do Processo nº 904.016-1/95.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2391

DECRETO Nº 3204, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto do artigo 205, III, letra "b", da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada, no cargo de Profissional de Educação III, Padrão "C", DIVINA EVANGELISTA DA SILVA, por contar com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado em funções do magistério.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: Vencimento: R\$ 1.365,30 (hum mil, trezentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos), Gratificação Incorporada: R\$ 1.365,28 (hum mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos), Quinquênios (05): R\$ 682,65 (seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), Gratificação de Titularidade: R\$ 273,06 (duzentos e sessenta e três reais e seis centavos) e Vantagem Pessoal 1/3: R\$ 455,10 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), nos termos do Processo nº 880.232-7/95.

Art. 2º - A servidora mencionada no artigo anterior cumpriu carga horária semanal de 40 horas/aula nos últimos 12 (doze) meses, na função de Coordenadora Pedagógica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2392

DECRETO Nº 3205, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992, e 031 de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 871.006-6/95, de interesse de FILEMON PEREIRA DOS SANTOS,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o remanejamento e a planta dos lotes 15, 16, 17 e 18, da Quadra C-05, situados à Rua J-01, Via Redenção, nesta Capital, que passa a constituir nos lotes 15 e 16-18, com as seguintes características e confrontações:

LOTE 15	ÁREA	120.00m²
Frete para a Rua J-01		6.00m
Fundo dividido com o lote 16		6.00m
Pelo lado direito, dividido com o lote 16-18		20.00m
Pelo lado esquerdo, dividido com o lote 14		20.00m
LOTE 16-18	ÁREA	200m²
Frete para a Rua J-01		10.00m
Fundo dividido com o lote 15		10.00m
Pelo lado direito, dividido com o lote 19		20.00m
Pelo lado esquerdo, dividido com o lote 15		20.00m

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2393

DECRETO Nº 3206, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 901.995-2/95, de interesse de ESMERIA MARIA CAMPOS,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento e a planta do lote 36, quadra 148, situada a Rua Andorinha esquina com a Rua Araponga, Bairro Santa Genevieve, nesta Capital, que passa a constituir nos lotes 36 e 36-A, 06-B, com as seguintes características e confrontações:

LOTE 36	ÁREA	429.45m²
Frete para a Rua Araponga		15.00m
Fundo dividido com o lote 02		15.96m
Pelo lado direito, dividido com o lote 36-A		31.36m
Pelo lado esquerdo, dividido com o lote 34		25.90m
LOTE 36-A	ÁREA	517.10m²
Frete para a Rua Araponga		17.00m
Fundo dividido com o lote 02		9.94m
Pelo lado direito, dividido com a Rua Andorinha		32.00m
Pelo lado esquerdo, dividido com o lote 36		31.36m
Pela rua de Charitaco		5.73m

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2394

DECRETO Nº 3207, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 922.425-4/95, de interesse de JOVIANO DE OLIVEIRA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento e a planta do lote 06, quadra 08, situados à Rua 04 e Rua 13, Vila Coronel Cosme, nesta Capital, que passa a constituir nos lotes 06, 06-A, 06-B, com as seguintes características e confrontações:

LOTE 06	ÁREA	600.00m²
Frete para a Rua 04		20.00m
Fundo dividido com o lote 07		20.00m
Pelo lado direito, dividido com o lote 05		30.00m
Pelo lado esquerdo, dividido com o lote 06-A		30.00m

LOTE 06-A	ÁREA	450.00m²
Frete para a Rua 04		15.00m
Fundo dividido com o lote 07		15.00m
Pelo lado direito, dividido com o lote 06		30.00m
Pelo lado esquerdo, dividido com o lote 06-B		30.00m

LOTE 06-B	ÁREA	111.25m²
Frete para a Rua 04		20.125m
Fundo dividido com o lote 07		25.125m
Pelo lado direito, dividido com o lote 06-A		30.00m
Pelo lado esquerdo, dividido com a Rua 13		25.00m
Pela rua de Charitaco		1.00m

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2395

DECRETO Nº 3208, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

"Coloca servidor à disposição da Câmara Municipal de Goiânia"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo nº 928.693-4/95, RESOLVE colocar à disposição da Câmara do Municipal de Goiânia, com todos os direitos e vantagens de seu cargo, com ônus para a origem, o servidor JAYME GARCES DE ARAÚJO, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 01 de novembro de 1994 e até 31 de dezembro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD: 06-2396

**DECRETO Nº 3.213,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE nomear, interinamente, JOSÉ ROBERTO MAZON para exercer o cargo de Secretário Municipal de Finanças, no período de 02 a 12 de janeiro de 1996 durante o afastamento temporário do titular Cairo Antônio Vieira Peixoto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal
CÓD. 06-2397

**DECRETO Nº 3.225,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995**

"Institui a Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia e dá outras providências"

O PREFEITO DE GOIÂNIA, nos termos da Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE GOIÂNIA, jurisdicionada a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º É aprovado o estatuto da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia - FOSGO, que a este acompanha e dele passa a fazer parte integrante.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo adotará as medidas que se fizerem necessárias à instalação da FOSGO, inclusive para a nomeação dos membros e funcionamento do Conselho de Curadores assim como de toda a estrutura da Fundação.

Art. 4º Enquanto não for aprovado o orçamento anual da Fundação Orquestra Sinfônica - FOSGO a sua manutenção far-se-á através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER e de recursos captados pela Fundação.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
SEBASTIÃO FERREIRA LEITE
Secretário Interino do Governo Municipal

**ESTATUTO DA FUNDAÇÃO ORQUESTRA
SINFÔNICA DE GOIÂNIA****CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1º A Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia - FOSGO, instituída pela

Prefeitura de Goiânia pelo Decreto nº 3225, de 26 de dezembro de 1995, é pessoa jurídica de direito público, jurisdicionada ao Poder Executivo e rege-se por este estatuto e a legislação do País que lhe for aplicável.

Art. 2º A Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia - FOSGO, tem sede e foro em Goiânia, Capital do Estado de Goiás e atuação em todo território nacional e, excepcionalmente, no exterior, com vistas à consecução de seus objetivos.

Art. 3º A FOSGO, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, goza dos privilégios das entidades de interesse público e de outros que a lei lhe assegurar, bem como de autonomia patrimonial, financeira e administrativa, sujeitando-se, porém, à jurisdição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 4º São objetivos permanentes da FOSGO:

I - Promover eventos musicais, através de apresentações periódicas da Orquestra Sinfônica Municipal de Goiânia, de seus Corais e de seus alunos da Escola de Música;

II - divulgar música Sinfônica, Coral e Coral-Sinfônico;

III - coordenar todas as atividades musicais de caráter sinfônico no Município de Goiânia;

IV - instituir a Escola de Música como Núcleo da Orquestra Sinfônica Municipal de Goiânia;

V - ministrar cursos de música, visando formar músicos a nível técnico especializado;

VI - promover seminários e cursos objetivando o aprimoramento dos integrantes de seus quadros técnicos e artísticos;

VII - organizar, em época oportuna, festivais e encontros regionais e nacionais de música;

VIII - promover concertos com a participação especial de regentes, artistas e músicos convidados;

IX - desenvolver projetos, promover eventos com o objetivo de educar e conscientizar a população da importância de suas atividades;

X - manter intercâmbio com entidades musicais e orquestras do País e do exterior.

**CAPÍTULO II
DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS**

Art. 5º O patrimônio e as rendas da FOSGO são constituídos por:

I - bens móveis e imóveis que em seu nome vierem a ser adquiridos;

II - doações, subvenções, auxílios ou contribuições que lhe forem destinados por pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - legados que lhe destine qualquer pessoa e desde que não importem em prejuízo de suas finanças;

IV - rendas de qualquer espécie oriundas de seus serviços, bens ou atividades, inclusive de direitos autorais que vier a adquirir;

V - bens imóveis dos quais detenha a posse, ainda que sob a forma de usufruto ou comodato, enquanto este durar;

VI - rendas eventuais.

**CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DA FUNDAÇÃO
E DE SUAS FUNÇÕES**

Art. 6º São órgãos da FOSGO:

I - De deliberação coletiva

1.1 - Conselho de Curadores.

II - de direção superior e de execução:

2.1 - Superintendente da FOSGO.

2.1.1 - Coordenadoria e Regência da Orquestra;

2.1.2 - Coordenadoria Administrativa e Financeira;

2.1.3 - Diretoria da Escola Técnica de Música;

2.1.4 - Regência de Coral;

2.1.5 - Regência de Camerata.

Art. 7º O Conselho de Curadores é o órgão de fiscalização e auditoria internas da FOSGO tanto nos aspectos contábeis e orçamentário-financeiros quanto patrimonial e operacional, cabendo-lhe também manifestar-se sobre a legalidade dos atos de contratação de pessoal e de concessão de benefícios ao mesmo.

Art. 8º Os membros do Conselho de Curadores, em número de 5 (cinco), serão nomeados pelo Prefeito Municipal de Goiânia, escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e reconhecido saber, especialmente quanto à problemática cultural goiana e às questões de ordem contábil, orçamentária e financeira.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros do Conselho de Curadores é de 4 (quatro) anos, contados da data da nomeação, permitida uma única recondução.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Curadores, anualmente, escolherão o seu presidente.

Art. 9º A atuação do Conselho de Curadores da FOSGO não elide a ação do Tribunal de Contas do Município naquilo que lhe for de direito.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto neste artigo, o Conselho de Curadores emitirá parecer sobre as contas anuais da diretoria da FOSGO, a serem apreciadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Município, na forma da legislação específica, as quais serão posteriormente enviadas à Prefeitura de Goiânia na forma dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 10º A Superintendência é o órgão executivo e de administração geral da FOSGO, cabendo-lhe planejar, dirigir, coordenar e controlar todas as ações da entidade, observadas as disposições deste estatuto, de seu regulamento e as resoluções do Conselho de Curadores.

Art. 11 - As competências dos órgãos integrantes da estrutura básica da FOSGO, conforme definida no art. 6 deste Capítulo, e seu desdobramento, bem como as atribuições do pessoal e demais normas indispensáveis à funcionalidade da Fundação serão estabelecidas em regulamento a ser aprovado pelo Prefeito Municipal de Goiânia e em regimentos internos, cuja aprovação ficará a cargo do Conselho de Curadores

CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 12 - O exercício financeiro da FOSGO corresponderá ao ano civil

Parágrafo Único - No fim de cada exercício financeiro proceder-se-á ao levantamento do inventário e balanço geral da Fundação, observadas as prescrições legais que regem a espécie

Art. 13 - A contabilidade da FOSGO, bem assim os seus balancetes mensais e balanços anuais serão feitos segundo a legislação vigente

Art. 14 - Os documentos referidos no artigo precedente após receberem parecer favorável do Conselho de Curadores, serão remetidos a Secretaria Municipal de Finanças, com cópia para o Tribunal de Contas do Município, para os efeitos legais

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 - A modificação ou a reforma deste Estatuto dar-se-á por proposta de qualquer dos membros do Conselho de Curadores da FOSGO, porém somente se efetivará se adotada por decreto, pelo Chefe do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Goiânia.

Art. 16 - A diretoria da FOSGO dirigirá junto ao Município goianiense no sentido de, anualmente, fazer constar no respectivo orçamento geral dotações destinadas a contribuir para a manutenção da entidade.

Art. 17 - O quadro de pessoal da FOSGO, uma vez aprovado, passará a fazer parte integrante deste estatuto

Art. 18 - A Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia - FOSGO extinguir-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo do Município de Goiânia, observada a prescrição legal específica

Art. 19 - Os primeiros membros do Conselho de Curadores serão nomeados para cumprir mandatos até 31 (trinta e um) de dezembro de 1996

Art. 20 - A proposta de Regulamento Geral da FOSGO a ser submetida a Prefeitura de Goiânia, independência de prévia aprovação do Conselho de Curadores

Art. 21 - Este estatuto entra em vigor na data de seu registro, retroagindo, porém os seus efeitos a data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Goiânia

DESPACHOS

Processo nº 878.690-9/95, em que SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS solicita renovação de contrato de prestação de serviços com agências bancárias

DESPACHO Nº 476/95 - À vista do contido nos autos, RESOLVO, nos termos do artigo 115, XIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto no artigo 25, II, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c as modificações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, autorizar a renovação dos Contratos de Prestação de Serviços firmados entre o Município de Goiânia e BANCO DO BRASIL S.A., BANCO DA AMAZÔNIA S.A., BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A., BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A., BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A., GOIASBANCO, BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S.A., BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A., BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A., CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DIBENS S.A., BANCO AMÉRICA DO SUL S.A., BANCO BANDEIRANTES S.A., BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A., BANCO CIDADE DE SÃO PAULO S.A., BANCO REAL S.A., BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A., BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S.A., BANCO DO PROGRESSO S.A., BANCO COMERCIAL BANCESA S.A., BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., BANCO ECONÔMICO S.A., BANCO ITAÚ S.A., BANCO MERCANTIL S.A., BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A., BANCO SUDAMERIS S.A., BANCO GERAL DO COMÉRCIO S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A., BANCO NACIONAL S.A., BANCO NACIONAL DO NORTE S.A., BANCO SAFRA S.A., BANCO NOROESTE ESTADO DE SÃO PAULO, BANFORTE S.A., BANCO RURAL S.A., CITYBANK N.A., THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON, BANCO AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS S.A., COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS DE GOIÂNIA LTDA, e BANCO BOAVISTA S.A., que tem por objeto a prestação de serviços bancários de recebimento de pagamento dos tributos e demais receitas municipais, durante o período de 12 meses, contados a partir de 02 de janeiro de 1996, por parte dos bancos citados e de consequência dispensar o procedimento licitatório, com base nos termos legais supra referidos.

Encaminhe-se a Procuradoria Geral do Município, para a lavratura dos instrumentos próprios de contrato e, em seguida, a Secretaria Municipal de Finanças para emissão das notas de empenho respectivas. Após, submeta-se a apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 08 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia.
CÓD: 08 0206

Processo nº 783.263-0/95, em que SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO MUNICIPAL solicita contratação de empresa para confecção do Diário Oficial do Município.

DESPACHO Nº 484/95 - À vista do inteiro teor deste processo, RESOLVO, nos termos do artigo 115, inciso XXIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, autorizar a contratação dos serviços de confecção de 250 exemplares diários do Diário Oficial do Município, com média de 08 (oito) páginas por exemplar, diretamente da SPM - SÃO PAULO COMERCIAL LTDA, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da 1ª Ordem de Serviço, surtindo seus efeitos após seu registro no Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no valor de R\$ 297,50 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) por tiragem/edição.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município, para a lavratura do respectivo instrumento contratual, e, em seguida, à Secretaria do Governo Municipal, para a emissão da nota de empenho. Após, submeta-se à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 18 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
CÓD: 08-0208

Processo nº 929.358-2/95, em que SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS MATERIAL E PATRIMÔNIO, solicita aquisição de vales transporte

DESPACHO Nº 485/95 - À vista do contido nos autos, RESOLVO, nos termos do artigo 115, XXI, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto no artigo 25, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, autorizar a realização da presente despesa no valor estimado de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais), para aquisição de vales transporte destinados a servidores da Secretaria Municipal de Obras, Material e Patrimônio, durante o exercício de 1996, diretamente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - SETRANSP. Encaminhe-se à Secretaria Municipal.

pal de Obras, Material e Patrimônio, para a emissão da nota de empenho respectiva. Após, submeta-se à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
CÓD: 08-0208

Processo nº 913.368-2/95 em que ASSOCIAÇÃO DOS ESCULTORES DO ESTADO DE GOIÁS solicita prorrogação do prazo do Convênio nº 009/95

DESPACHO 486/95 - A vista do inteiro teor deste processado e.

Considerando o interesse do Município de Goiânia, via Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, na preservação do Convênio nº 009/95;

Considerando a situação de emergência ocasionada pelo retardamento do competente registro do Convênio supra citado junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Considerando que não há dispêndio de recursos por parte do Município de Goiânia.

Considerando que o esgotamento do exercício haverá expiração da avença e vista do interesse na preservação do Convênio

RESOLVO nos termos da Lei nº 7.294, de 19 de abril de 1994, bem como o contido no artigo 115, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, autorizar, em caráter precário e excepcional, o aditamento prorrogando o Convênio reito mencionado, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1996 ficando, porém, subordinado ao competente registro do Convênio, sob pena de invalidação da atual prorrogação, caso o registro seja denegado pelo Egrégio Tribunal

Encaminhe-se a Procuradoria Geral do Município para os fins

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de dezembro de 1995

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
CÓD: 08-0209

PORTARIAS

PORTARIA Nº 147/95

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE GOIÂNIA - IPLAN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 12, inciso II, letra "i", do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 0631, de 31 de outubro de 1984

RESOLVE

I - Atribuir a servidora ELIANY AUXILIADORA COUTINHO MORAES, analista Jurídico III, CPF nº 170.071.781-20, 02 (duas) diárias, no valor unitário de 08 UVFG correspondente a R\$ 113,28 (cento e treze reais e vinte e oito centavos) totalizando R\$ 226,56 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), para realizar viagem a Cidade de Brasília-DF, nos dias 11 e 12 do corrente mês em visita a Escola Superior de Administração - ESAD, a serviço do IPLAN

II - A despesa ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária: 4101.03.09.020.2.037.3.1.1.1-00:40

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DO IPLAN, aos 11 dias do mês de dezembro de 1995

Adv. SEBASTIÃO FERREIRA LEITE
Diretor-Presidente
CÓD: 07-0168

PORTARIA Nº 148/95

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE GOIÂNIA - IPLAN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 12, inciso II, letra "i", do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 0631, de 31 de outubro de 1984,

RESOLVE:

I - Atribuir ao servidor MÁRCIO ALVES BORBA, CPF nº 300.184.711-53, Coordenador de Serviços Administrativos, nomeado pelo Decreto nº 1371/95, 02 (duas) diárias, no valor unitário de 08 UVFG correspondente a R\$ 113,28 (cento e treze reais e vinte e oito centavos) totalizando R\$ 226,56 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), para realizar viagem à Cidade de Brasília-DF, nos dias 11 e 12 do corrente mês em visita à Escola Superior de Administração - ESAD, a serviço do IPLAN

II - A despesa ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária: 4101.03.09.020.2.037.3.1.1.1-00:40.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DO IPLAN, aos 11 dias do mês de dezembro de 1995

Adv. SEBASTIÃO FERREIRA LEITE
Diretor-Presidente
CÓD: 07-0169

PORTARIA Nº 150/95

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE GOIÂNIA - IPLAN, no uso de

suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 12, inciso II, letra "i", do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 0631, de 31 de outubro de 1984,

RESOLVE:

I - Atribuir à servidora SOLANGE RASSI, Analista em Assuntos Sociais III, CPF nº 101.494.731-68, 02 (duas) diárias, no valor unitário de 08 UVFG correspondente a R\$ 113,28 (cento e treze reais e vinte e oito centavos) totalizando R\$ 226,56 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), para realizar viagem à Cidade de Brasília-DF, nos dias 14 e 15/12/95, para elaboração de parte do Projeto do Programa Comunidade Solidária, junto ao Ministério do Desporto

II - A despesa ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária: 4101.03.09.020.2.037.3.1.1.1-00:40.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DO IPLAN, aos 13 dias do mês de dezembro de 1995.

Adv. SEBASTIÃO FERREIRA LEITE
Diretor-Presidente
CÓD: 07-0170

CONTRATO

CONTRATO Nº 009/95

1 - PREÂMBULO

1.1 - CONTRATANTES. COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - COMOB, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Av. Atilio Correia Lima, nº 764, Cidade Jardim, nesta capital, CGC(MF) nº 02.756.203/0001-38 e a Azelar House Company, situada na Avenida do Comércio, nº 202, nesta Capital, CGC(MF) nº 00481-674/0001-55 e Inscrição Estadual nº 103.475-8, doravante designada apenas EMPREITEIRA

1.2 - REPRESENTANTE. Representam a Companhia de Obras e Habitação do Município, conforme Ata da Assembleia Geral da Companhia de 30/03/95 o Engº Fábio Tokarski e Ata da Assembleia Geral da Companhia de 26/04/95 o Senhor Wesley Ferro Nogueira, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro e a EMPREITEIRA é representada pelo Senhor Wanderley Cardoso de Souza, CPF nº 34.135.751-68

1.3 - LOCAL E DATA. Lavrado e assinado em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, no Gabinete do Presidente da COMOB, situado na Av. Atilio Correia Lima, nº 764, Cidade Jardim, aos 14 dias do mês de dezembro de 1995

1.4 - FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este contrato está de acordo com o artigo 24, inciso primeiro da Lei 8.666, de 21/06/93

2 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 - NATUREZA DOS SERVIÇOS: O objeto deste Contrato consiste na contratação de serviços para a troca do Telhado do Posto de Saúde do Setor Rodoviário, situado nesta Capital.

2.2 - FORMA DE EXECUÇÃO: A obra será executada por empreitada global, com rigorosa observância dos projetos e respectivos detalhes, sob a orientação e fiscalização da Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia.

2.2.1 - ALTERAÇÃO: Qualquer alteração, acréscimo ou supressão de serviços, modificação do objeto e de qualquer cláusula do presente contrato, deverá ter a prévia e escrita anuência da COMOB.

2.2.2 - FISCALIZAÇÃO: A fiscalização dos serviços será feita por técnicos especializados designados pela COMOB.

3 - CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

3.1 - VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, comprometendo-se a EMPREITEIRA a obedecer rigorosamente os prazos previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

3.2 - PRORROGAÇÃO: O prazo contratual poderá ser prorrogado por iniciativa da COMOB quando razões de ordem técnica assim o exigirem, ou ainda, a critério da COMOB, se requerido pela EMPREITEIRA durante a vigência do contrato.

3.2.1 - A prorrogação da obra será objeto de aditivo contratual e os pedidos de prorrogação formulados pela EMPREITEIRA somente serão considerados se apresentados dentro de 15 (quinze) dias a partir do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

4 - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, REAJUSTAMENTO, PAGAMENTO, VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.698,00 (seis mil, seiscentos e noventa e oito reais).

4.2 - PAGAMENTO: Pela execução dos serviços objeto do presente contrato, a COMOB efetuará o pagamento à contratada mediante apresentação de fatura, em uma única parcela, após o término dos serviços.

4.3 - ORIGEM DOS RECURSOS: Do Tesouro Municipal.

5 - CLÁUSULA QUARTA - MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E ENCARGOS

5.1 - Serão de inteira responsabilidade da EMPREITEIRA todas as despesas relativas a mão-de-obra, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários, bem como materiais colocados na obra, equipamentos, ferramentas, seguros, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos serviços ora contratados e, ainda os danos que por ventura

causar à Administração Pública ou a terceiros, pelos quais responderá unilateralmente em toda a sua plenitude.

5.2 - Todos os materiais já existentes no imóvel a que se refere este instrumento, como madeiras, esquadrias, telhas, alambrados, louças, metais sanitários e outros, que forem retirados na execução dos serviços contratados, serão entregues pela EMPREITEIRA à COMOB.

6 - CLÁUSULA QUINTA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

6.1 - Este contrato não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da COMOB.

7 - CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

7.1 - RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido:

a) mediante prévio e mútuo acordo entre as partes, atendidas as conveniências dos serviços e disponibilidades de recursos financeiros, reduzindo a termo no processo da licitação;

b) unilateralmente, pela COMOB, independentemente de interpelação judicial e sem direito a qualquer indenização à EMPREITEIRA, nos seguintes casos:

1 - Se a EMPREITEIRA não cumprir quaisquer das obrigações assumidas aqui, ou, ainda, pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

2 - A lentidão no seu cumprimento, levando a COMOB a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;

3 - A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação à COMOB;

4 - Se ocorrer falência ou concordata da EMPREITEIRA;

5 - No interesse da Administração Pública devidamente justificado;

6 - Judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

7.1.1 - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "a", ou n.º 5 da letra "b", a EMPREITEIRA terá direito a receber o valor dos serviços executados, constantes de medições rescisórias.

8 - CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

8.1 - Elege-se o foro desta Capital, Goiânia para dirimir todas as questões emergentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por assim estarem justos, combinados e contratados, assinam este instrumento as partes, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMOB, em Goiânia, aos 14 dias do mês de dezembro de 1995.

FÁBIO TOKARSKI
Presidente da COMOB
WESLEY FERRO NOGUEIRA
Dir. Adm. Financeiro
Pela EMPREITEIRA
Testemunhas

COD 14-0032

ZOOLOGICO PARQUE ZOOLOGICO DE GOIÂNIA

CONTRATO

1 - PREÂMBULO

1.1 - CONTRATANTE: Parque Zoológico de Goiânia, pessoa jurídica de direito público, sediado à Alameda das Rosas s/n, Setor Oeste, nesta Capital, inscrito no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n.º 00.972.018/0001-55, e a Empresa Campos Verdes - Carlos Antônio Alves de Campos, situada à Rua Turim, Qd. 16, Lt. 07 n.º 539, Setor Jardim Europa, nesta Capital, inscrita no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 00.644.702/0001-08, doravante designada apenas EMPREITEIRA.

1.2 - REPRESENTANTES: Representa o Parque Zoológico de Goiânia o seu Diretor HERMES RODRIGUES GOMES, e a Empreiteira é representada pelo Sr. CARLOS ANTONIO ALVES DE CAMPOS, C.P.F. n.º 168.088.271-68 e CI- 780.584 - SSP-GO 2.ª via.

1.3 - LOCAL E DATA: Lavrado e assinado em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, no Gabinete do Diretor do Parque Zoológico de Goiânia, sito à Alameda das Rosas s/n, Setor Oeste, nesta Capital, aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 1995.

1.4 - FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este contrato decorre da Licitação realizada - modalidade Convite n.º 068/95, processo n.º 915.999-1/95, de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

2 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 - NATUREZA DOS SERVIÇOS: O objeto deste Contrato consiste na arborização da calçada externa, localizada à Alameda das Rosas s/n, Setor Oeste, nesta Capital, nos termos da licitação modalidade Convite n.º 068/95, cujo Edital, juntamente com a proposta da EMPREITEIRA, constituem parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos.

2.2 - FORMA DE EXECUÇÃO: Os serviços serão executados com rigorosa observância dos projetos, especificação e demais anexos, sob a orientação e fiscalização do Parque Zoológico de Goiânia.

2.3 - ALTERAÇÃO: Qualquer alteração, acréscimo ou supressão de serviços, modificação do objeto e de qualquer cláusula do presente contrato, deverá ter a prévia e escrita anuência do Parque Zoológico de Goiânia.

3 - CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

3.1 - VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ordem de serviço, comprometendo-se a Empreiteira a obedecer rigorosamente os prazos previstos no cronograma físico.

3.2 - PRORROGAÇÃO: O prazo contratual poderá ser prorrogado por iniciativa do Parque Zoológico de Goiânia quando razões de ordem técnica assim o exigirem, ou ainda, a critério do mesmo, se requerido pela EMPREITEIRA durante a vigência do contrato.

3.3 - A prorrogação da obra será objeto de aditivo contratual e os pedidos de prorrogação formulados pela EMPREITEIRA somente serão considerados se apresentados dentro de 05 (cinco) dias a partir do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

3.4 - EFEITOS: Este contrato somente surtirá efeitos após seu registro no Colégio de Contas dos Municípios.

4 - CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, REAJUSTAMENTO, PAGAMENTO, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.932,37 (Doze mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos);

4.2 - PAGAMENTO: Pela execução dos serviços objeto do presente contrato, o Parque Zoológico de Goiânia efetuará o pagamento à contratada mediante apresentação de fatura apresentada conforme cronograma Físico-Financeiro;

4.2.1 - Fica estipulado o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para quitação das faturas, a partir da liberação das mesmas pelo Tribunal de Contas dos Municípios;

4.2.2 - REAJUSTAMENTO: Os valores das parcelas do cronograma Físico-Financeiro, serão fixas e irredutíveis pelo período de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do presente instrumento;

4.2.3 - O período mencionado no item 4.2.2 poderá ser modificado, consoante normas expedidas pelo Governo Federal;

4.2.4 - Os prazos do cronograma Físico-Financeiro serão contados a partir da data da expedição da ordem de serviço pelo Parque Zoológico de Goiânia, após registro deste contrato no Tribunal de Contas dos Municípios, caso haja serviços extras o prazo será prorrogado pelos dias que se fizerem necessários, a partir do contrato inicial;

4.2.5 - Os serviços extras contratuais, objeto de termos aditivos, terá preço global de acordo com o cronograma Físico-Financeiro;

4.2.6 - Quando houver atraso na execução da obra, por culpa da Empreiteira, não serão reajustados os preços dos serviços executados em desacordo com o cronograma da execução;

4.2.7 - A critério do Parque Zoológico de Goiânia, sempre resguardado seus interesses, poderá ser concedido prorrogação de prazo contratual, sem com isso acarretar atualização no cronograma inicial da proposta.

4.3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente despesa correrá à conta da dotação orçamentária 45.01.06.46.228.2056-4110.00-40 - Am-

pliação e recuperação do Parque Zoológico de Goiânia

5 - CLÁUSULA QUARTA: MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E ENCARGOS

5.1 - Serão de inteira responsabilidade da EMPREITEIRA todas as despesas relativas a mão-de-obra, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários, bem como materiais colocados na obra, equipamento, ferramentas, seguros, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos serviços ora contratados e, ainda os danos que por ventura causar à Administração Pública ou a terceiros, pelos quais responderá unilateralmente em toda a sua plenitude;

5.2 - Todos os materiais já existentes no local da obra objeto deste contrato, que não forem reaproveitados na execução dos serviços contratados, serão entregues ao Parque Zoológico de Goiânia

6 - CLÁUSULA QUINTA - TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

6.1 - Este contrato não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Parque Zoológico de Goiânia, após atendimento das exigências constantes do edital convite de nº 068/95

7 - CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

7.1 - RESCISÕES: O presente contrato poderá ser rescindido:

a) - Mediante prévio e mútuo acordo entre as partes, atendidas as conveniências dos serviços e disponibilidades de recursos financeiros, reduzindo a termo no processo da licitação;

b) - Unilateralmente, pelo Parque Zoológico de Goiânia, independentemente de interpelação judicial e sem direito a qualquer indenização à EMPREITEIRA, nos seguintes casos:

1 - Se a EMPREITEIRA não cumprir quaisquer das obrigações assumidas aqui, ou ainda, pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazo;

2 - A lentidão no seu cumprimento, levando o Parque Zoológico de Goiânia, a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;

3 - A paralisação da obra sem justa causa e prévia comunicação ao Parque Zoológico de Goiânia;

4 - Se ocorrer falência ou concordata da EMPREITEIRA;

5 - No interesse da administração pública, devidamente justificada;

6 - Judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

7.1.1 - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "a" ou na 5 da letra "b", a EMPREITEIRA terá direito a receber o valor dos serviços executados, constantes de medições rescisórias.

8 - CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

8.1 - Elege-se o Foro desta Capital, Goiânia, para dirimir todas as questões emergentes deste contrato, com renun-

cia de qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por assim estarem justos, combinados e contratados, assinam este instrumento as partes, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo.

GABINETE DO DIRETOR DO PARQUE ZOOLOGICO DE GOIÂNIA, em Goiânia, aos 08 dias do mês de dezembro de 1995.

Méd. Vet. HERMES RODRIGUES GOMES
Diretor

Pela Empreiteira
CARLOS ANTONIO ALVES DE CAMPOS
CPF-168.088.271-68
CÓD: 14-0033

EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/95

- 1 - DATA: 05/12/95
- 2 - CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA E A PROSEGUR BRASIL S.A.
- 3 - OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte Diários de Malotes, para as Escolas da Rede Municipal da Secretaria Municipal da Educação.
- 4 - PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
- 5 - VALOR: Estima-se em R\$ 43.192,80 (quarenta e três mil, cento e noventa e dois reais e oitenta centavos).
- 6 - PROCESSO Nº: 885.764-4/95.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratantes: Município de Goiânia Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB, e a Azelar House Company;

Representantes: Senhor Fábio Tokarski, Presidente da COMOB, Senhor Wesley Ferro Nogueira, Diretor Administrativo Financeiro da COMOB e Wanderley Cardoso de Souza pela EMPREITEIRA;

Espécie: Contrato;
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93;

Valor do contrato: R\$ 6.698,00 (seis mil, seiscentos e noventa e oito reais);
Pagamento: Mediante apresentação de fatura, em uma única parcela, após o término do serviço;
Origem dos Recursos: Do Tesouro Municipal;

Objeto: Contratação de serviços para a Troca do telhado do Posto de Saúde do Setor Rodoviário, situado nesta capital.
Prazo de execução: 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.
Data Assinatura: 14/12/95

EXTRATO DE CONTRATO

Contratantes: Município de Goiânia/ Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB, e a CONSPLAN Construtora Ltda. Representantes: Senhor Fábio Tokarski, Presidente da COMOB, Senhor Wesley Ferro Nogueira, Diretor Administrativo/Financeiro da COMOB e César Guimarães Araújo pela EMPREIREIRA;

Espécie: Contrato;

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e processo 914.540-1, de 16/11/95;

Valor do contrato: R\$ 413.134,30 (quatrocentos e treze mil, cento e trinta e quatro reais e trinta centavos);

Pagamento: Mediante apresentação de fatura, em uma única parcela, e com garantia de Carta de Fiança Bancária;

Dotação Orçamentária: 1801-08.41.025 1.260 4110 00-00, Programa Prefeitura/LBA, com recursos Federal e Municipal.

Objeto: Contratação de serviços para a obra de Ampliação e Reforma do imóvel situado na Rua 26-A, nº 26, Setor Aeroporto (antigo Ed. do COOJ/Prefeitura Municipal);

Prazo de execução: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço; Data Assinatura: 14/12/95.

TERMO ADITIVO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contratantes: Município de Goiânia/ Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB, e CONFLORA - Consultoria e Assessoria Ltda. Signatários: Senhor Fábio Tokarski, Presidente da COMOB, Senhor Wesley Ferro Nogueira, Diretor Administrativo/Financeiro da COMOB e o Senhor Eridés Campos Antunes;

Espécie: Termo Aditivo;

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93;

Objeto: Retificação da cláusula "4.2" do contrato nº 006/95, firmado com a CONFLORA - Consultoria e Assessoria Ltda que passa a ter a seguinte redação: "A COMOB efetuará o restante do pagamento à CONTRATADA em uma única parcela mediante apresentação de fatura com garantia de Carta de Fiança Bancária no valor de R\$ 72.186,10 (setenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e dez centavos)" e ratificação das demais cláusulas;

Data da Assinatura: 14/12/95

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratantes: Município de Goiânia/ Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia - COMOB, e MARANATHA - Construtora Maranatha Ltda.

Signatários: Senhor Fábio Tokarski, Presidente da COMOB, Senhor Wesley Ferro Nogueira, Diretor Administrativo/Financeiro da COMOB e o Senhor Paulo César Vaz de Melo;

Espécie: Termo Aditivo;

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93;

Objeto: Retificação da cláusula "4.2" do contrato nº 006/95, firmado com a MARANATHA - Consultoria Maranatha Ltda, que passa a ter a seguinte redação: "A COMOB efetuará o restante do pagamento à CONTRATADA em uma única parcela mediante apresentação de fatura com garantia de Carta de Fiança Bancária no valor de R\$ 32.859,23 (trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos)" e ratificação das demais cláusulas;

Data Assinatura: 14/12/95

CONVÊNIO**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 021/95**

1. DATA: 22 de novembro de 1995
2. CONTRATANTES: Município de Goiânia e a Associação da CRECHE SÃO DOMINGOS SAVIO
3. OBJETO: Articulação de recursos humanos, para atendimento de menores carentes.
4. PRAZO: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1995, podendo ser prorrogado pelas partes.
5. PROCESSO: n 816.093-7/95

EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA

CONVENIENTES: Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia - IPLAN e o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios de Edifício Residenciais e Comerciais do Estado de Goiás e Tocantins - SECOVI-GO.

LOCAL E DATA: Goiânia, Capital do Estado de Goiás em 21 de dezembro de 1995

REPRESENTANTES: IPLAN, Adv. Sebastião Ferreira Leite, Diretor Presidente, pelo SECOVI-GO Dr. Marcelo Baiocchi Carneiro, Diretor Presidente. OBJETO: Cooperação Mútua visando a confecção e comercialização de mapas, com base na Lei Complementar nº 031, de 29 de dezembro de 1994

PRAZO: 02 (dois) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período

ASSINAM: Pelo IPLAN, Adv. Sebastião Ferreira Leite, pelo SECOVI-GO Dr. Marcelo Baiocchi Carneiro

EXTRATO DO TERMO DE RÉ-RATIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO XIV AO CONTRATO Nº 002/90

CONTRATANTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - DERMU e a firma CONSTRUTORA OAS LTDA

LOCAL E DATA: Goiânia-GO, em 26.12.95.

FUNDAMENTO: Decorre da diligência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

OBJETO: Mudança da Cláusula Primeira do Termo Aditivo XIV ao Contrato 002/90.

Goiânia, 26 de dezembro de 1995

Adv. AMÉLIA AUGUSTA FLEURY TEIXEIRA

Chefe da Assessoria Jurídica

**EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

COMPAV - COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA SUMAYA - LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA E OUTROS.

RESOLUÇÃO Nº 067/95
DATA: 08-12-95

FUNDAMENTO: inciso IV, Artigo 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993
OBJETO: Prestação de serviços de transporte de 15 (quinze) caminhões loco basculante.

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: 01 (um) mês

Goiânia, 08 de dezembro de 1995

Adv. RUY BRASIL DE PAULA ROCHA
Assessor Jurídico da Comissão de Licitação

**EXTRATO
INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO**

COMPAV - COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA BELCAR CAMINHÕES E MÁQUINAS LTDA

RESOLUÇÃO Nº 066/95
DATA: 08-12-95

FUNDAMENTO: inciso I, do Art. 25 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

OBJETO: Assistência técnica especializada e peças de reposição

VALOR: R\$ 30.000,00

PRAZO: 09 (nove) meses

Goiânia, 08 de dezembro de 1995

Adv. RUY BRASIL DE PAULA ROCHA
Assessor Jurídico da Comissão de Licitação

**TERMO DE
COMPROMISSO**

GABINETE DO PREFEITO

"Termo de Compromisso que entre si celebram a Prefeitura de Goiânia, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Perseu Matias, na forma abaixo."

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, neste ato representado por seu Prefeito, Prof. DARCI ACCORSI, portador da Carteira de Identidade nº 961.152-SSP/GO e CPF/MF nº 060.983.551-34, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 6.840, de 26 de dezembro de 1989, neste ato representada pelo Secretário, Dr. OSMAR PIRES MARTINS JUNIOR,

NIOR, portador da Carteira de Identidade nº 507.660-SSP GO (2ª via) e CPF MF nº 193.352.371-91, e PERSEU MATIAS, portador da Carteira de Identidade nº 11.036-SSP GO e CPF MF nº 004.706.781-00, proprietário da Reserva Ecológica Particular, criada pelo IBAMA, sob a Portaria nº 144, controle "n", de 30 de dezembro de 1992, resolvem celebrar o presente compromisso:

A Prefeitura de Goiânia, através da Secretaria do Meio Ambiente, por meio deste instrumento se compromete a regulamentar junto ao Município, a Reserva Ecológica Particular denominada "Reserva das Mangueiras", de propriedade do Sr. Perseu Matias, situada no Parque Anhanguera, à margem esquerda do Córrego Cascavel na Rua T-63, nesta Capital, em conformidade com que estabe-

lecer o Parecer do Conselho Municipal do Meio Ambiente, documento a ser apresentado na primeira quinzena do mês de outubro de 1993

E, por estarem justos e comprometidos, firmam o presente termo na presença das testemunhas abaixo

Goiânia, 23 de setembro de 1993

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia

OSMAR PIRES MARTINS JUNIOR
Secretário Municipal do Meio Ambiente

PERSEU MATIAS
Proprietário

TESTEMUNHAS: 1) Ilegível
2) Ilegível

O DIÁRIO DO MUNICÍPIO